

ESCOLA SUPERIOR DE TEOLOGIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM TEOLOGIA

EDIVALDO LOPES DE LIMA

ÉTICA NA CAPELANIA UNIVERSITÁRIA

São Leopoldo

2014

EDIVALDO LOPES DE LIMA

ÉTICA NA CAPELANIA UNIVERSITÁRIA

Trabalho Final de
Mestrado Profissional
Para obtenção do grau de
Mestre em Teologia
Escola Superior de Teologia
Programa de Pós-Graduação
Linha de pesquisa: Ética e Gestão

Orientador: André S. Musskopf

São Leopoldo

2014

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

L732e Lima, Edivaldo Lopes de
Ética na capelania universitária / Edivaldo Lopes de
Lima ; orientador André S. Muszkopf. – São Leopoldo :
EST/PPG, 2014.
69 p.

Dissertação (mestrado) – Escola Superior de
Teologia. Programa de Pós-Graduação. Mestrado em
Teologia. São Leopoldo, 2014.

1. Obras da igreja junto aos estudantes. 2. Ética
profissional. 3. Ética cristã. I. Muszkopf, André Sidnei. II.
Título.

EDIVALDO LOPES DE LIMA

ÉTICA NA CAPELANIA UNIVERSITÁRIA

Trabalho Final de
Mestrado Profissional
Para obtenção do grau de
Mestre em Teologia
Escola Superior de Teologia
Programa de Pós-Graduação
Linha de pesquisa: Ética e Gestão

Data:

Prof. Dr. André S. Musskopf

Prof. Dr. Rodolfo Gaede Neto

A Deus, autor e consumidor de
minha fé, pela realização deste
sonho;

A minha esposa Maria José (Mazé),
com muito carinho e amor, pela
dedicação e ajuda, o que me
permitiu chegar até aqui.

Aos meus filhos Raphael e Israel,
pela compreensão e apoio.

AGRADECIMENTOS

Aos meus pais, Próspero e Juliana Lima, pelo amor incondicional que sempre me dedicaram.

À Faculdade Boas Novas, que nos meses que precisei me ausentar das minhas funções para estar na Faculdade EST, foi dado todo apoio.

Ao professor Doutor Mario Bueno, pela orientação e indicações bibliográficas.

A todos os meus professores da Faculdades EST, que me auxiliaram nesta caminhada, em especial ao professor Dr. André S. Musskopf que, com o seu grande conhecimento, enriqueceu este trabalho.

RESUMO

Este trabalho de mestrado trata da ética na capelania universitária. A ética é fundamental nas relações humanas e está presente em todas as esferas da vida do ser humano. No meio acadêmico não é diferente. A ética profissional conduz a atuação do profissional da capelania universitária no seu exercício profissional. Ao longo do trabalho percebeu-se que, ainda que a instituição de ensino siga preceitos cristãos, cuja ética fundamenta-se nos princípios do amor, da vivência comunitária, na alteridade, no cuidado, na liberdade com responsabilidade, a ética profissional acaba por incorporar tais valores, uma vez que ser ético é agir a partir de princípios construídos e aceitos socialmente. Constatou-se que a relação interpessoal entre o capelão universitário e o indivíduo é baseada na confiança, permitindo uma comunicação aberta entre eles, porém sigilosa. Assim, a capelania universitária, com uma função poimênica, converte-se em um ministério de ajuda e cuidado pastoral.

Palavras-chave: Ética Cristã. Ética Profissional. Capelania Universitária.

ABSTRACT

The master thesis deals with ethics in university chaplaincy. Ethics is essential in human relationships and is present in all spheres of human life. It is not different in academic settings. Professional ethics grounds the practice of the university chaplaincy professional in his/her professional practice. Throughout the work it was noticed that although the institution follows Christian precepts, the ethos of which is based on the principles of love, community living, the otherness, care, freedom with responsibility, professional ethics ultimately incorporates such values, since being ethical is to act based on socially constructed and accepted principles.. It was found that interpersonal relationship between the university chaplain and the individual is based on trust, allowing for open communication between them, but secretive. Thus, the university chaplaincy, with a caring role, becomes a ministry of help and pastoral care

Keywords: Christian Ethics. Professional Ethics. University Chaplaincy.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	9
1 ÉTICA, ÉTICA CRISTÃ E ÉTICA PROFISSIONAL	13
1.1 A Importância da ética	15
1.2 A razão de ser da ética.....	17
1.3 Ética cristã	20
1.4 Ética profissional.....	30
2 CAPELANIA UNIVERSITÁRIA E ÉTICA	33
2.1 Capelania: algumas definições	33
2.2 A capelania escolar e a ética cristã: fundamentos da atuação do capelão e da capelã	38
2.2.1 Uma ética do amor	38
2.2.2 Uma ética comunitária	41
2.2.3 Uma ética da alteridade	43
2.2.4 Uma ética do cuidado	46
2.2.5 Uma ética da liberdade com responsabilidade	47
3 ÉTICA PROFISSIONAL, ÉTICA CRISTÃ E CAPELANIA UNIVERSITÁRIA	49
3.1 Capelania universitária da Faculdade Boas Novas	49
3.2 Confiança e sigilo.....	52
3.3 Fundamentos práticos da capelania universitária: comunicação e interação pessoal	53
3.4 A capelania universitária e seus limites nas relações interpessoais	56
3.5 A capelania universitária e a sua função poimênica.....	58
CONSIDERAÇÕES FINAIS	61
REFERÊNCIAS	63

INTRODUÇÃO

A ética na capelania universitária é o tema da presente dissertação de mestrado. A ética cristã é definida como os princípios estabelecidos e considerados pelas igrejas cristãs, com o objetivo de tornar os seus ensinamentos orientações para o agir na sociedade, nos relacionamentos interpessoais e na vida. No âmbito das igrejas cristãs, a Bíblia é um elemento fundamental para a reflexão, como código de conduta.

A ética aplicada na capelania das instituições de ensino, independente dos níveis, perpassa a ética cristã. A atuação do capelão é um exercício profissional e, portanto, cabe ao capelão, a aplicação do código de ética da referida Instituição, adaptando-o ao que é específico à capelania.

A pesquisa ora apresentada define como objeto de estudo a ética na capelania no que se refere à atuação do capelão frente aos problemas do dia a dia de uma Instituição de Ensino Superior. Desta forma, é primordial compreender a atuação do capelão universitário a partir da aplicação das éticas cristã e profissional.

A Faculdade Boas Novas de Ciências Teológicas, Biotecnológicas e Sociais (FBNCTBS), está localizada na cidade de Manaus, AM, e segue preceitos cristãos. Como toda instituição de ensino, a FBNCTBS agrega na sua comunidade acadêmica (incluindo corpo docente e discente e funcionários técnico-administrativos) várias pessoas com altos índices de problemas sociais, desajustes familiares, desemprego, etc. Considera também o progresso dos conflitos familiares e interpessoais que tem efeito direto no campo das Instituições de Ensino.

A comunidade acadêmica sente dificuldades, muitas vezes, em compartilhar problemas com pessoas que não confiam por não considerarem aquelas pessoas especializadas e confiáveis, com competência para ouvi-la, acolhê-la, cuidar e direcionar para alvos que tragam esperança e motivação para reverter o processo decadente das relações humanas.

Ademais, percebemos que até mesmo os funcionários e profissionais da educação encontram-se imersos em situações semelhantes às de seus alunos, e estes, muitas vezes, sentem-se incapazes de ajudá-los a transpor a dura realidade, pois eles mesmos lidam também com expectativas e dúvidas na vida e, portanto, se tornam alvos também de um cuidado emocional, afetivo e pastoral.

A FBNCTBS não está alheia a esses efeitos e instituiu seu Serviço de Capelania que proporciona momentos de reflexão e apontamentos de uma direção que poderá ser descoberta pelo próprio consulente, a fim de se encontrar consigo mesmo, com sua família, sua comunidade, com sua espiritualidade e desenvolver suas potencialidades, focando suas energias em novo estilo de vida e tendo suas esperanças renovadas, neste autodescobrimento.

Este projeto nos encaminha para a reflexão sobre questões éticas. Perguntamo-nos até que ponto a ética pode beneficiar alguém que comete um delito ou algo grave. Qual a postura ética que melhor pode nos encaminhar para a adequada orientação pastoral? Seria a ética cristã, utilizando como base de aconselhamento a Bíblia Sagrada? Ou dependendo da gravidade do caso, o Capelão deverá agir fundamentado na ética profissional onde normas éticas formam a consciência do profissional e representam imperativos de sua conduta? Seria o agente de pastoral ou a capelania universitária aquela que, ouvindo tais problemas prático-morais, passa a ser cúmplice ou, até mesmo, em algumas situações acaba tomando partido em defesa de determinada pessoa ou instituição?

Os livros de Ética de Bonhoeffer, Sanchez Vazquez, são importantes obras sobre ética e moral que nos ajudarão significativamente na compreensão e no desenvolvimento dos trabalhos de capelania na FBNCTSB.

Bonhoeffer nos ajuda a entender a questão de uma ética relativa, que é resultado do afastamento do ser humano do Deus Criador. Este humano que se torna, na queda, um pequeno deus e antideus ao mesmo tempo, não se satisfaz em buscar o seu próprio caminho, tendo a necessidade de retorno à harmonia com o Criador. O ser humano pode viver de aparências, e são exatamente estas que enfraquecem a ética. Por isso Bonhoeffer será importante, pois nos encaminha para a reflexão de uma ética bem consolidada.

Vazquez, por sua vez, nos ajuda a conhecer e compreender os conceitos de ética, de moral e da axiologia. Sua obra é importante, pois nela encontramos pistas para compreendermos acerca das ações humanas (problemas prático-morais) e os juízos que fazemos de tais ações (questões éticas).

Leonardo Boff trabalha em muitos de seus textos com a ética do cuidado. Suas obras, em especial *Saber cuidar: ética da vida* (2005), *Ética e Moral: a busca dos fundamentos* (2011) dentre outras nos chamam atenção para questões vitais no

que diz respeito ao cuidado com o outro e com o planeta. Para Boff, é necessário repensarmos a nossa ética do cuidado, pois ela não pode ser particularizada/fragmentada, mas deve ser integral, especialmente no mundo globalizado e extremamente opressor.

Na obra *Discernimento moral: uma introdução à ética cristã*, May nos ajuda a entender alguns fundamentos da ética, e nos encaminha para uma compreensão da *ética da responsabilidade* e de solidariedade. Também May nos faz entender que a ética tem a ver com a conduta que melhor contribui para a construção responsável do convívio humano e para o pleno desenvolvimento das potencialidades de cada pessoa. Assim o capelão universitário precisa ser de total confiança para que se possa estabelecer credibilidade de maneira que as pessoas estejam à vontade para apresentar as suas dificuldades, acreditando que a conversa se restringe ao gabinete do capelão.

Garcia-Marzá também será de grande importância por tratar de algo que ele chama de fato social primordial, pressuposto para qualquer tipo de interações que é a *confiança*. Este autor nos ajudará a compreender a atuação do capelão neste quesito da interação e confiança entre o profissional e a pessoa que busca ajuda.

O pastoralista Howard Clinebel produziu importante obra que nos ajudará a compor nosso trabalho. Além de questões teóricas, apresenta também questões práticas e oferece pistas para a poimênica. Na composição de nosso trabalho serão de grande utilidade especialmente os capítulos 4 a 13. Clinebel propõe um modelo integral, holístico, centrado em *libertação e crescimento*. Seu modelo projeta para uma poimênica de autonomia do aconselhando.

Ainda outros autores do campo da ética e do aconselhamento serão buscados a fim de nos ajudarem na produção acadêmica e na prática de nossas atividades relacionadas ao Serviço de Capelania.

A pesquisa tem caráter bibliográfico a partir da análise e síntese de obras pertinentes ao tema. Igualmente, como capelão da FBNCTSB, valho-me da experiência nesta instituição, refletindo a partir do cotidiano como agente pastoral, amparado pelo código de ética da instituição, descrito no seu regimento.

A dissertação apresenta em seu primeiro capítulo a importância, conceitos e características de ética, ética cristã e ética profissional. O segundo capítulo disserta sobre a capelania universitária, conceitos e atribuições, e seus compromissos éticos.

Por fim, o último capítulo verifica a atuação do capelão relacionando com a ética cristã e a ética profissional desenvolvidos nos capítulos anteriores, relacionando com o código de ética da Faculdade Boas Novas, inserido no regimento da referida Faculdade.

1 ÉTICA, ÉTICA CRISTÃ E ÉTICA PROFISSIONAL

As palavras de Santo Agostinho atinentes ao tempo podem ser aplicadas ao termo “ética”. Ele assim escreveu nas suas Confissões: “Que é, pois, o tempo? Se ninguém me pergunta, eu sei; mas se quiser explicar a quem indaga, já não sei.”¹ O mesmo parece ocorrer quando utilizamos o vocábulo *ética*. Por isso, Valls escreveu que a “*ética* é daquelas coisas que todo mundo sabe o que são, mas que não são fáceis de explicar quando alguém pergunta”.²

Começaremos nossa análise do conceito de ética pela apreciação etimológica e lexical. A palavra ética provém de dois vocábulos gregos: *ēthos* com *épsilon* inicial e *éthos* com *eta*. A primeira acepção designava a morada (casa) do ser humano e do animal. O ser humano que habita sobre a terra acolhe-se ao recesso seguro do *ēthos*, lugar de estada permanente e habitual, de abrigo protetor. Com este transfundo semântico *ēthos* passou a designar “costume, esquema praxeológico durável, estilo de vida e ação”.³ *Ēthos* nomeia, então, “a morada humana”, mas também o “caráter, jeito, modo de ser, perfil de uma pessoa”.⁴

A segunda acepção designa o “comportamento que resulta de um constante repetir-se dos mesmos atos”.⁵ *Éthos* alcunha, deste modo, os “costumes, usos, hábitos e tradições”.⁶ A relação entre *ēthos* e *éthos* é expressa no modo de agir do ser humano, que apresenta sua personalidade ética, sendo esta resultante da articulação entre o “*ethos* como caráter e o *ethos* como hábito”.⁷

Antes de seguirmos nossa exposição concernente à ética, precisamos começar a definir a relação entre ética e moral. Na linguagem corrente e mesmo culta, ética e moral tendem a serem considerados termos intercambiáveis, como se fossem sinônimos. Isto se justificaria aparentemente diante do fato de que *éthos* foi traduzido para o latim por *mos*, *moris*, de onde provém a nossa palavra *moral*.⁸

¹ Agostinho. *Confissões*. São Paulo: Paulinas, 1984. p. 188.

² VALLS, Álvaro L. M. *O que é ética*. São Paulo: Brasiliense, 1986. p. 7.

³ VAZ, Henrique C. de Lima. *Escritos de Filosofia II: ética e cultura*. 3. ed. São Paulo: Loyola, 2000. p. 13.

⁴ BOFF, Leonardo. *Ética e moral: a busca dos fundamentos*. 7. ed. Petrópolis: Vozes, 2011. p. 38.

⁵ VAZ, 2000, p. 14.

⁶ BOFF, 2011, p. 38.

⁷ VAZ, 2000, p. 14.

⁸ DEIROS, Pablo Alberto. *El cristiano y los problemas éticos*. 3. ed. Texas: Casa Bautista de Publicaciones, 1988. p. 54.

Para aventarmos a diferenciação entre ética e moral, precisamos, primeiramente, elucidar o que significa ética. May escreve que a ética “tem a ver com o discernimento do mal e do bem, do correto e do incorreto, do que é responsável e apropriado para o comportamento humano em suas relações sociais e pessoais”.⁹ A ética tem a ver com a *decisão sobre o que fazer*.¹⁰ Míguez Bonino assim o formula:

Por que fazer isto e não aquilo? Que é o bom? Como reconhecê-lo? Como decidir e como julgar nossos atos e os dos outros? Nenhuma pessoa sensível pode deixar de formular-se estas perguntas. São inquietações que vêm acompanhando a Humanidade desde quando a conhecemos. Que é mais importante: a intenção que me move ou o resultado de minha ação? Devo obedecer aos impulsos do coração ou ao cálculo da razão? Existem princípios morais absolutos, aos quais devo submeter-me, ou todas as decisões são circunstanciais? Devo aceitar uma autoridade moral, à qual obedecer, ou determinar independentemente meus atos? É legítimo buscar a felicidade? E nesse caso, que felicidade – individual, coletiva, espiritual, material, presente, futura? As respostas se enraízam em posições filosóficas, políticas, religiosas, ideológicas. E por seu turno, muitas vezes buscamos argumentos para defender nossas decisões e construímos ou adotamos posições que justifiquem nosso comportamento. E assim têm surgido diversas éticas e diversos sistemas éticos. Diversas formas de responder a pergunta, tão simples e tão cotidiana: que fazer? E à outra, indissolúvelmente ligada a condição humana: por que fazê-lo?¹¹

Uma definição de ética mais técnica é proposta por Sánchez Vázquez, que a delibera como “a teoria ou ciência do comportamento moral dos homens em sociedade”.¹² A ética, portanto, se preocupa especificamente com o comportamento humano. A definição de Sánchez Vázquez afirma o aspecto científico desta disciplina. Isso significa que a ética possui um objeto particular de estudo. Tal objeto corresponde ao “setor da realidade humana que chamamos moral”,¹³ portanto, a ética pode ser entendida como a “ciência da moral”.¹⁴

Neste ponto começamos a perceber a diferença entre ética e moral. Embora ambos os vocábulos possuam o mesmo significado lexical e muitas vezes sejam utilizadas para designar “o caráter normativo, como ‘os costumes’ considerados

⁹ MAY, Roy H. *Discernimento moral: uma introdução à ética cristã*. São Leopoldo: Sinodal, 2008. p. 18.

¹⁰ MÍGUEZ BONINO, José. *Ama e faze o que quiseres: uma ética para o novo homem*. São Paulo: Imprensa Metodista, 1982. p. 19.

¹¹ MÍGUEZ BONINO, 1982, p. 22-23.

¹² SÁNCHEZ VÁSQUEZ, Adolfo. *Ética*. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1975. p. 12.

¹³ SÁNCHEZ VÁSQUEZ, 1975, p. 13.

¹⁴ SÁNCHEZ VÁSQUEZ, 1975, p. 13.

orientados para o bem da comunidade e seus membros”,¹⁵ devemos distinguir os dois. A moral refere-se ao conteúdo ou às respostas específicas que são aceitas como normativas para o comportamento humano. Por sua vez, a ética se dirige para a maneira ou processo de discernir a moral ou o modo de chegar às respostas específicas e os por quês.¹⁶

A distinção entre ética e moral revela-se assaz importante, pois se tratam de dois níveis diferentes de reflexão, pensamento e linguagem referente à ação moral.¹⁷ Entretanto, May adverte que devemos evitar uma separação irrestrita entre ética e moral, pois uma depende da outra, porquanto, em outras palavras, o “discernimento moral requer a unidade das dimensões”¹⁸ éticas e morais. Santos escreve que a ‘ética’ necessita da ‘moral’ para tirar conclusões a seu respeito, explicá-la, e elaborar hipóteses e teorias. Isso não significa que a tarefa da ‘ética’ consista em inventar ou criar a ‘moral’. A ‘ética’ se limita a refletir sobre a ‘moral’.¹⁹ Sánchez Vásquez diz que os dois termos

[...] nos situam no terreno especificamente humano no qual se torna possível e se funda o comportamento moral: o humano como adquirido ou conquistado pelo homem sobre o que há nele de pura natureza. O comportamento moral pertence somente ao homem na medida em que, sobre a sua própria natureza, cria esta segunda natureza, da qual faz parte a sua atividade moral.²⁰

Tal distinção inicial é importante uma vez que o trabalho pretende debater a ética cristã e profissional na capelania das instituições de ensino. A ética é fundamental para o capelão frente aos problemas do dia a dia de uma instituição de ensino.

1.1 A importância da ética

A ética corresponde a uma tripla função: 1. elucidar o que é a moral e quais são os seus traços particulares; 2. fundamentar a moralidade, isto é, buscar

¹⁵ MAY, 2008, p. 19.

¹⁶ MAY, 2008, p. 19.

¹⁷ CORTINA, Adela; MARTÍNEZ, Emilio. *Ética*. São Paulo: Loyola, 2005. p. 20.

¹⁸ MAY, 2008, p. 19.

¹⁹ SANTOS, Leontino Farias dos. Ética. In: BORTOLLETO, Fernando et al. (Org.). *Dicionário Brasileiro de Teologia*. São Paulo: ASTE, 2008. p. 395.

²⁰ SÁNCHEZ VÁSQUEZ, 1975, p. 14.

investigar quais são as razões que atribuem sentido ao esforço dos seres humanos de viver moralmente; e, 3. aplicar aos diferentes setores da vida social as implicações decorrentes das duas funções anteriores, de modo que se adote nos respectivos âmbitos sociais uma moral crítica, no lugar de um código moral imposto ou da carência de referências morais.²¹ Agostini escreve que a

ética é capacidade humana a não ser negligenciada, pois sua função é a de exercer um serviço de discernimento, depurando tudo o que venha a compor a nossa vida, seja oriundo de nosso substrato primitivo/arqueológico – o *ethos* – com suas evidências primitivas (enquanto matriz de percepção, avaliação e ação), seja oriundo de nossas instituições, do codificado, da própria moral.²²

A ética, portanto, é um distintivo inerente à práxis humana, e, por este motivo, um aspecto fundamental das relações humanas. O ser humano possui certo senso ético, ou seja, uma condição de “consciência moral”. Por isso, o ser humano está constantemente aferindo seus atos para saber se são bons ou maus, corretos ou incorretos, justos ou injustos. O comportamento humano é sempre definido a partir do certo e do errado, do bem e do mal.

A ética fundamenta-se nos ideais do bem e da virtude, como valores encaixados pelo ser humano e cujo alcance constitui a vivência plena e feliz. Portanto, a ética não está superposta à práxis humana, pois todo o labor envolve uma carga moral. Percebemos claramente que o certo e o errado, o bem e o mal definem e determinam a realidade do ser humano. As relações humanas, em todos os níveis possíveis, suscitam questões éticas de caráter prático. Por isso, Deiros escreve que

[...] podemos decir que son todos aquellos problemas que surgen cada vez que el hombre debe tomar decisiones que tienen que ver con su acción respecto a sí mismo y respecto a los demás. Toda acción humana afecta directa o indirectamente al que la hace y a los demás hombres, y dado que estos efectos pueden ser buenos o malos, beneficiosos o dañinos, el hombre debe escoger la acción a seguir haciéndole un planteamiento ético previo. Casi podríamos decir que toda acción humana libre implica una decisión ética responsable.²³

²¹ CORTINA; MARTÍNEZ, 2005, p. 21.

²² AGOSTINI, Nilo. *Ética cristã e desafios atuais*. Petrópolis: Vozes, 2002. p. 28.

²³ DEIROS, 1988, p. 73.

A práxis humana, o certo e o errado, o bem e o mal, os valores, enfim, as relações humanas em geral são também aspectos do dia a dia da capelania em instituições de ensino e, por isso, reitera-se a razão de ser do debate ético.

1.2 A razão de ser da ética

A compreensão do pensamento de Aristóteles é basilar para o estudo da ética. Segundo Nodari “ninguém consegue escrever e falar de ética sem falar e tratar de Aristóteles, seja para inspirar-se, seguir ou criticar sua concepção”.²⁴ Ele foi o primeiro filósofo a preparar tratados sistemáticos de ética.²⁵ Do *corpus aristotelicum*, a *Ética a Nicômaco*²⁶ é a mais importante, tendo influenciado profundamente o pensamento ocidental.²⁷ Destacam-se ainda as obras *Ética a Eudemo*, os *Magna moralia* e um pequeno opúsculo *Sobre virtudes e vícios*. Ocupar-nos-emos sucintamente com a primeira obra referida.

Nas palavras iniciais da *Ética a Nicômaco* Aristóteles estabelece o fundamento da sua ética. Ele diz que “toda a perícia e todo o processo de investigação, do mesmo modo todo o procedimento prático e toda a decisão, parecem lançar-se para um certo bem. É por isso que tem sido dito acertadamente que o bem é aquilo por que tudo anseia”.²⁸ Para Aristóteles toda ação objetiva alguma coisa e a disposição para realizar esta coisa é definida a partir do valor desta. Por isso, a ética de Aristóteles é claramente teleológica.

A ação humana é interpretada por Aristóteles segundo a categoria de meio e fim (*telos*). O fim tencionado por uma ação particular não pode ser contemplado em si, senão como tendido a um fim último, o bem supremo. “Embora tal fim seja particular, está endereçado e, ao mesmo tempo, conectado com um fim último que

²⁴ NODARI, Paulo Cesar. A ética aristotélica. *Síntese Nova Fase*, Belo Horizonte, v. 24, n. 78, 1997, p. 383-410. p. 384. Disponível em: <<http://www.faje.edu.br/periodicos/index.php/Sintese/article/viewFile/722/1149>>. Acesso em: 15 set. 2013.

²⁵ CORTINA; MARTÍNEZ, 2005, p. 57.

²⁶ ARISTÓTELES. *Ética a Nicômaco*. São Paulo: Atlas, 2009; ARISTÓTELES. *Ética a Nicômaco*. São Paulo: Martin Claret, 2003.

²⁷ NODARI, 1997, p. 384.

²⁸ ARISTÓTELES, 2009, p. 17.

transcende o particular e se realiza como um bem maior desejado por todos”.²⁹

Conforme Aristóteles

[...] se, por conseguinte, entre os fins das ações a serem levadas a cabo há um pelo qual ansiamos por causa de si próprio, e os outros fins são fins, mas apenas em vista desse; se, por outro lado, nem tudo é escolhido em vista de qualquer outra coisa (porque, desse modo, prosseguir-se-ia até ao infinito, de tal sorte qual intenção seria vazia e vã), é evidente, então, que esse fim será o bem e, na verdade, o bem supremo.³⁰

Para Aristóteles toda ação necessita encontrar-se direcionada ao *telos* para o qual tudo se orienta: o bem supremo. Segundo Aristóteles este bem é identificado com a felicidade (*eudaimonia*). Ser feliz “é o mesmo que viver bem e passar bem”³¹ ou “bem agir”.³² A felicidade é, portanto, valiosa e precisa ser apreciada como a maior virtude (*arete*) que desperta o ser humano para a arte do viver bem e com sabedoria.³³ Sanchez Vásquez comenta que para Aristóteles a felicidade “não é o prazer (*Hedoné*), nem tampouco a riqueza: é a vida teórica ou contemplação, como atividade humana guiada pelo que há de mais característico e elevado no homem: a razão”.³⁴

Graciela Hierro, numa perspectiva de uma ética feminista – sobre seu propósito e significado –, fala sobre criar prazer da relação humana, o que, pode-se dizer, corresponde à felicidade enquanto bem supremo que foi atribuído por Aristóteles. A autora defende que a ética feminista busca alcançar uma moralidade centrada em sua própria sensibilidade através de interesses pessoais e na relação com os interesses sociais. Trata-se de “definir tal placer, descubrir el sentimiento y el goce y dar nuestras razones para legitimar moralmente nuestra conducta.”³⁵

²⁹ SILVA, Everton de Jesus. A ética aristotélica como caminho que conduz o homem a felicidade plena. *Revista Húmus*, n. 7, jan./abr. 2013. p. 76. Disponível em: <<http://www.periodicoeletronicos.ufma.br/index.php/revistahumus/article/viewFile/1501/1202>>. Acesso em: 15 set. 2013; Cf. NODARI, 1997, p. 386.

³⁰ ARISTÓTELES, 2009, p. 18.

³¹ ARISTÓTELES, 2009, p. 20.

³² ARISTÓTELES, 2003, p. 19.

³³ Cf. SILVA, 2013, p. 76.

³⁴ SÁNCHEZ VÁSQUEZ, 1975, p. 240. Concernente à ideia de Aristóteles de contemplação, cf. CORTINA; MARTÍNEZ, 2005, p. 58-59.

³⁵ HIERRO, Graciela. *Epistemología, ética y género*. Disponível em: http://www.google.com.br/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=1&ved=0CC4QFjAA&url=http%3A%2F%2Fdisciplinas.stoa.usp.br%2Fmod%2Fresource%2Fview.php%3Fid%3D64357&ei=sWnBUpeaAojNkQfekoDoDQ&usg=AFQjCNEqDDO_Mp_2s6a3BYI9V2oBJ9SQRg&sig2=FQ4d54YPXr9y15xfe6_uOw&bvm=bv.58187178,d.cWc. Acesso em 30 nov. 2013, p. 7.

A felicidade segundo Aristóteles não se realiza de modo acidental ou esporádico, mas através da obtenção de certos modos constantes de agir ou hábitos, que são as virtudes (*arete*). Estas não são poses inerentes ao ser humano. Para Aristóteles é evidente que “nenhuma das excelências éticas nasce conosco por natureza”.³⁶ Os hábitos se adquirem ou se conquistam pelo exercício prático do próprio hábito, pois devido à constituição humana podemos acolher e aperfeiçoar a virtude.³⁷

A principal das virtudes dianoéticas para Aristóteles é a *prudência* ou *sensatez*. Esta virtude possibilita determinar corretamente o que é mais conveniente a cada momento da vida, permitindo o discernimento durante as tomadas de decisões e estabelecendo o equilíbrio entre as possibilidades. Por isso, a prudência é a guia das outras virtudes.³⁸ A fortaleza ou coragem funciona, por exemplo, como o termo médio entre a covardia e a temeridade.³⁹ A generosidade é um termo médio entre o esbanjamento e a avareza.⁴⁰

Não podemos detalhar todas as virtudes apresentadas por Aristóteles devido à extensão da presente pesquisa, por isso, no quadro abaixo apresentamos uma lista das referidas virtudes.⁴¹ Em síntese, a ética de Aristóteles assevera que a moral existe porque os seres humanos inevitavelmente procuram a felicidade. E para que alcancem esta, necessitam das determinações morais, que, além disso, proporcionam critérios racionais para a aferição dos tipos de comportamentos.⁴²

Virtudes dianoéticas ou intelectuais	Próprias do intelecto teórico
	Inteligência (nous)
	Ciência (episteme)
	Sabedoria (sofia)
	Próprias do intelecto prático
	Prudência/sensatez (phronesis)

³⁶ ARISTÓTELES, 2009, p. 40.

³⁷ ARISTÓTELES, 2009, p. 41-42.

³⁸ ARISTÓTELES, 2009, p. 28, 134 etc.

³⁹ ARISTÓTELES, 2009, p. 43.

⁴⁰ ARISTÓTELES, 2009, p. 109.

⁴¹ Quadro adaptado de CORTINA; MARTÍNEZ, 2005, p. 60.

⁴² CORTINA; MARTÍNEZ, 2005, p. 60.

	Arte ou técnica (tekne)
	Discrição (gnome)
	Perspicácia (sinesis)
	Bom conselho (euboulia)
Virtudes éticas ou do caráter	Próprias do autodomínio
	Fortaleza ou coragem (andreia)
	Temperança ou moderação (sofrosine)
	Pudor (aidos)
	Próprias das relações humanas
	Justiça (dikaiosine)
	Generosidade ou liberdade (eleutheriotes)
	Amabilidade (filia)
	Veracidade (aletheia)
	Bom humor (eutrapelia)
	Afabilidade ou doçura (praotes)
	Magnificência (megaloprepeia)
	Magnanimidade (megalofijia)

As ações humanas são direcionadas para o bem supremo, para a felicidade. Viver bem, passar bem e agir bem caracteriza o que é ser feliz. Conforme mencionado, a felicidade se realiza através da obtenção de certos modos constantes de agir ou hábitos, que são as virtudes. A ética cristã também aponta para a felicidade através do viver conforme as convicções cristãs.

1.3 Ética cristã

A ética cristã é “o estudo de como os seres humanos devem viver, conformando-se com as convicções cristãs e bíblicas”.⁴³ Em outras palavras, a especificidade da ética cristã consiste no fato de que ela parte e pressupõe os

⁴³ GRENZ, Stanley J. *A busca da moral: fundamentos da ética cristã*. São Paulo: Vida, 2006. p. 26.

ensinamentos, experiências, tradições e teologias que são provenientes da fé cristã.⁴⁴ Deiros elucida que a nossa relação com Deus e a nossa interpretação de tal experiência (a teologia) determinarão o nosso estilo de vida e conduta. Por isso, a teologia precede à ética e por sua vez, a experiência com Deus é anterior àquela. Ou seja, como resultado da fé surge a teologia, e como consequência desta nasce a ética.⁴⁵

Cabe ressaltar que Jesus Cristo não elaborou um sistema teológico, tampouco, um sistema ético. A teologia e a ética cristã surgiram da experiência histórica da Igreja, resultante dos esforços para entender o significado de Jesus e sua relação com o propósito eterno de Deus para com o ser humano. Neste sentido, poderíamos falar em “éticas cristãs”, pois a ética cristã dependerá, em grande medida, da teologia particular subscrita por cada uma das respectivas comunidades e confissões cristãs.⁴⁶

A ética cristã está relacionada, em primeiro lugar, à conduta dos cristãos. Por isso, nos confrontamos com a seguinte questão: “¿Qué he de hacer yo, como creyente en Jesucristo y miembro de su iglesia?”.⁴⁷ Esta indagação fundamental lança a questão referente à vontade de Deus para o indivíduo. Bonhoeffer escreve que o indivíduo que quer entender a ética cristã precisa desistir das duas perguntas que o levaram a ocupar-se com os problemas éticos: “como me tornarei bom?” e “como farei algo de bom?”. Para ele a *conditio sine qua non* da ética cristã é “a pergunta pela vontade de Deus”.⁴⁸

Bonhoeffer prossegue afirmando que “a origem da ética cristã não é a realidade do próprio eu, nem a realidade do mundo, tampouco a realidade das normas e valores, mas a realidade de Deus na sua revelação em Jesus Cristo”.⁴⁹ Portanto, “o problema da ética cristã é a concretização da realidade reveladora de Deus em Cristo entre suas criaturas”.⁵⁰ Percebemos neste nexos teológico que a

⁴⁴ MAY, 2008, p. 20.

⁴⁵ DEIROS, 1988, p. 61.

⁴⁶ DEIROS, 1988, p. 61. Como exemplo da diversidade de éticas cristãs podemos mencionar os verbetes do *Dicionário de Ética Cristã* organizado por Carl F. Henry. Este dicionário apresenta, por exemplo, verbetes relacionados à “ética calvinista”, “ética dialética”, “ética dispensacional”, “ética ortodoxa oriental”. Cf. HENRY, Carl F. H. *Dicionário de ética cristã*. São Paulo: Cultura Cristã, 2007. p. 231-233; 239-241; 241; 263-265, respectivamente.

⁴⁷ Repetido ¿Qué he de hacer yo, como creyente en Jesucristo y miembro de su iglesia?. LEHMANN, Paul Louis. *La ética en el contexto cristiano*. Montevideo: Alfa, 1968. p. 24.

⁴⁸ BONHOEFFER, Dietrich. *Ética*. 9. ed. São Leopoldo: Sinodal, 2009. p. 121.

⁴⁹ BONHOEFFER, 2009, p. 122.

⁵⁰ BONHOEFFER, 2009, p. 122, grifos do autor.

nossa compreensão de Deus e de Sua vontade determinará profundamente a nossa concepção de moralidade.

Por isso, o próprio modo de pensar “Deus” pode tornar-se um problema ético. May elucida que nem toda conceitualização de Deus é eticamente admissível. A questão é ver como se compreende a relação de Deus com os seres humanos, pois essa relação “converte-se no paradigma para as relações de convívio. Se Deus é amor (1 Jo 4.8), então a ação humana deve ser expressão desse amor”.⁵¹ May prossegue dizendo que

[...] se Deus é graça e perdão (Êx 34.6; Lc 15.11-32), então a graça e o perdão caracterizarão nossas relações. Inversamente, se Deus é pai severo ou rei rigoroso, que castiga e vinga (Na 1.2), então nossa ética enfatizará os preceitos, o castigo e a vingança quando nos desviarmos do “correto”. Ou seja, o “tipo” de Deus que concebemos determina o “tipo” de atuação exigida e autorizada de nós. [...] nesse sentido, Deus é a fonte da ética.⁵²

Neste ponto necessitamos retornar ao pensamento de Bonhoeffer. Para ele a ética cristã não parte de normas ou regras prefixadas, mas da vontade de Deus, manifesta na reconciliação do mundo com Deus através de Jesus Cristo. Por isso Bonhoeffer indaga sobre a vontade de Deus: qual é a vontade de Deus? Para ele examinar a vontade de Deus trata-se de “metamorfose” e “conformação”. Bonhoeffer escreve que a “metamorfose só pode tratar-se da superação da forma do ser humano caído: Adão, e da conformação com a forma do novo ser humano: Cristo”.⁵³

Para Bonhoeffer o ser humano reconciliado com Deus deixou para trás a concepção do bem e do mal em separação de Deus, ou seja, de ser humano caído. Ele insiste que não é possível discernir a partir de si mesmo qual é a vontade de Deus, isto é, a partir da própria ciência do bem e do mal. Somente o pode a pessoa a qual foi tirada todo próprio saber concernente ao bem e ao mal, e por isso, desiste de saber por si qual é a vontade de Deus.⁵⁴

Examinar qual é a vontade de Deus só é viável a partir do saber da vontade de Deus em Jesus Cristo. Somente com base em Jesus Cristo, somente no âmbito determinado por Jesus Cristo, somente “em” Jesus Cristo pode-se discernir qual é a vontade de Deus.⁵⁵

⁵¹ MAY, 2008, p. 90.

⁵² MAY, 2008, p. 90.

⁵³ BONHOEFFER, 2009. p. 28.

⁵⁴ BONHOEFFER, 2009, p. 28-29.

⁵⁵ BONHOEFFER, 2009, p. 29.

Bonhoeffer elucidava que o saber concernente a Jesus Cristo significa o não saber acerca do bem e do mal, porque aquele remete o ser humano inteiramente a Jesus Cristo. Isto significa a exclusão de todas as outras fontes de saber concernente a vontade de Deus. O examinar a vontade de Deus

nasce do saber-se guardado, sustentado e guiado pela vontade de Deus, do saber acerca da graciosa unidade, já concedida, com a vontade de Deus, e procura robustecer esse saber dia após dia na vida concreta. Por conseguinte, não é um examinar altivo, nem desalentado, mas humilde e confiante, um discernir em liberdade para a palavra de Deus sempre nova, na simplicidade da palavra de Deus sempre uma. É um examinar que não questiona mais a unidade recuperada em Jesus com a origem; antes, a pressupõe e, não obstante, deve obtê-la sempre de novo.⁵⁶

A vontade de Deus, no entanto, não é conhecida de modo direito, como que por meio da intuição ou de uma inspiração direta, tampouco significa que poderemos resolver todos os conflitos. Bonhoeffer elucidava que as capacidades ordinárias do ser humano como inteligência ou capacidade de discernimento entram em ação, sendo que a oração deverá abranger e perpassar tudo isto. Por isso “haverá a fé de que Deus com certeza revelará a sua vontade a quem humildemente pedir”.⁵⁷

Bonhoeffer procura ressaltar a liberdade real do ser humano diante das decisões, afirmando que ao examinar as circunstâncias e possibilidades, o ser humano agirá na confiança de que Deus mesmo e não o ser humano é quem impõe a Sua vontade. Por isso, diante das decisões o ser humano que está em Cristo não deve se “desesperar”, mas “[...] saber a respeito de Jesus Cristo, que exerce juízo gracioso” e, por isso, deixar “o próprio bem oculto no *saber* e na *graça* do juiz até o tempo oportuno”.⁵⁸

Bonhoeffer não rejeita o autoexame diante das situações, ele recusa o autoexame do *fariseu*, ou seja, daquele que se julga conhecedor do bem e do mal. Por isso, Bonhoeffer afirma o autoexame *cristão*, pois este “não visa ao próprio saber a respeito do bem e do mal e sua concretização na vida prática, mas que renova diariamente a percepção de que ‘Jesus Cristo está em nós’”.⁵⁹ Portanto, o olhar dos cristãos não deve estar no próprio eu, mas em Jesus Cristo, sendo que

⁵⁶ BONHOEFFER, 2009, p. 29.

⁵⁷ BONHOEFFER, 2009, p. 29.

⁵⁸ BONHOEFFER, 2009, p. 30.

⁵⁹ BONHOEFFER, 2009, p. 30.

este deverá ocupar o lugar do eu que outrora se julgava conhecedor do bem e do mal.

Tal qual a vontade de Deus, por ser precisamente a vontade do Deus *vivo*, sempre de novo deve ser discernida, e nesse discernimento se impõe, assim Jesus Cristo está totalmente em nós exatamente pelo fato de nós nos autoexaminarmos nele sempre de novo. O exame da vontade de Deus é, de certo modo, parte da própria vontade de Deus da mesma forma como o autoexame do cristão é parte da vontade de Jesus Cristo em nós.⁶⁰

Para Bonhoeffer a ética não pode ser abstrata e desvinculada da realidade, mas dever ser uma ética concreta, alicerçada na realidade. Por isso, ele fala que apenas “no fazer”, na ação, se concretiza a vontade de Deus. Contudo, este fazer, que também a Escritura exige de nós, não se refere à própria capacidade humana, mas a do próprio Jesus, que diz: “Sem mim nada podeis fazer” (Jo 15.5). Essa palavra de Jesus define para Bonhoeffer a ação autêntica, realizada em Cristo, da aparente, a parte de Cristo.⁶¹ Bonhoeffer enfatiza o amor e a encarnação de Deus como os únicos meios para vivermos como seres humanos reais, ele diz que

[...] somente pela encarnação de Deus é possível conhecer o ser humano sem desprezá-lo. O ser humano tal qual é pode viver diante de Deus, e nós podemos deixá-lo viver ao nosso lado diante de Deus, sem desprezá-lo ou idolatrá-lo. Não que isso fosse realmente um valor em si, mas tão somente porque Deus amou e aceitou o ser humano tal qual é. A causa do amor de Deus ao ser humano não está no ser humano, mas somente em Deus mesmo. A causa pela qual podemos viver como seres humanos reais e amar as pessoas ao nosso lado assim como são é, por sua vez, exclusivamente a encarnação de Deus, o imperscrutável amor de Deus ao ser humano.⁶²

Vimos anteriormente que para Bonhoeffer a origem e o problema da ética cristã consistem na revelação de Deus em Cristo e sua relação com os seres humanos. Por isso, Bonhoeffer rejeita tanto a ética da autonomia, que enfatiza a centralidade da Bíblia para a ética cristã, como a ética da heteronomia que ressalta o papel do Espírito e da subjetividade humana como fatores determinantes para ética cristã; e propõe o que ele chama de crístonomia.⁶³

⁶⁰ BONHOEFFER, 2009, p. 30-31.

⁶¹ BONHOEFFER, 2009, p. 31.

⁶² BONHOEFFER, 2009, p. 51.

⁶³ Cf. VELASQUES FILHO, Prócoro. *Uma ética para nossos dias: origem e evolução do pensamento ético de Dietrich Bonhoeffer*. São Paulo: EDITEO, 1977. p. 28.

Cristonomia para Bonhoeffer é ser estruturado ou formado por Cristo. “Formação só existe como incorporação à forma de Jesus Cristo, como conformação com a forma única do encarnado, crucificado e ressurreto”.⁶⁴ Ser realmente humano e um novo ser diante de Deus é ser conformado com o encarnado. Bonhoeffer diz que

[...] a forma de Jesus Cristo adquire forma no ser humano. O ser humano não adquire uma forma própria, autônoma; o que lhe dá forma e o conserva na forma nova sempre só e a forma do próprio Jesus Cristo. Não se trata, portanto, de uma imitação, de uma repetição de sua forma, mas de sua própria que ganha forma no ser humano. Por outro lado, o ser humano não é transformado em uma forma que lhe fosse estranha, na de Deus, mas na sua própria forma, na que lhe pertence o que é essencial. O ser humano torna-se humano porque Deus se fez ser humano. Porém, o ser humano não se torna Deus. Assim, não é ele que pode promover a transformação da sua forma; o próprio Deus muda sua forma na forma de ser humano para que esse possa ser, se bem que não Deus, humano perante Deus.⁶⁵

A formação significa que Cristo adquire forma na Sua igreja, por isso a igreja não é “uma comunidade religiosa de admiradores de Cristo, mas o Cristo que tomou forma entre os seres humanos”.⁶⁶ Velasques Filho sintetiza o pensamento de Bonhoeffer dizendo que

[...] Deus se revela na Igreja e pela Igreja. Assim, a Igreja é o lugar onde Deus se revela. Ela está no centro de todos os acontecimentos que relacionam os homens com Deus. É o lugar onde Deus se faz presente no mundo. Deus está presente no mundo em forma de comunidade. Em Jesus Cristo, Deus reúne a humanidade para viver em uma comunidade. [...] Pertencer à comunidade de fé é pertencer a Cristo. Estar na comunidade é estar em Cristo. O lugar de Cristo no mundo, após a sua ascensão, é tomado pela comunidade, a Igreja. A Igreja é, portanto, uma pessoa e não uma instituição. Ela é a continuação da existência histórica de Cristo, um prolongamento da encarnação e da ação de Cristo no mundo.⁶⁷

A Igreja é uma comunidade em Cristo e por Cristo, pois ela pertence exclusivamente a Ele. Por isso, para Bonhoeffer a Igreja é a comunidade de amor onde se vive para os outros, ou seja, em total disponibilidade para o próximo. Portanto, o amor que reina na comunidade é um amor determinado pela vontade de Deus através do Espírito na vida dos cristãos. “Consequentemente, viver em

⁶⁴ BONHOEFFER, 2009, p. 55.

⁶⁵ BONHOEFFER, 2009, p. 56.

⁶⁶ BONHOEFFER, 2009, p. 57.

⁶⁷ VELASQUES FILHO, 1977, p. 24.

comunidade abre, para o cristão, uma dimensão ética bem acentuada, pois não se trata só de viver com os outros, mas de viver para os outros”.⁶⁸

A Igreja vive na tensão de duas realidades: a Palavra de Deus e o próximo. Diante da primeira ouvimos o imperativo do serviço ao próximo, sendo que o próximo é todo o que precisa de nós.⁶⁹ Por isso a Igreja “é o lugar onde se proclama e acontece o processo em que Jesus Cristo toma forma”.⁷⁰

Até aqui apresentamos alguns aspectos da complexa ética de Bonhoeffer. Parece estar claro que a ética de Bonhoeffer é totalmente cristocêntrica e eclesiológica. A contribuição de Bonhoeffer para a ética cristã consiste especialmente na sua ênfase cristológica, ou seja, a partir de Cristo Deus está formando a humanidade, a começar pelos crentes. Diante disso, acreditamos que o distintivo da ética cristã incide na centralidade de Cristo como medida da ação dos cristãos no mundo.

Com isso não afirmamos que a práxis ética dos cristãos consiste na simples imitação de Cristo (como Bonhoeffer rejeita), mas que a ética cristã deve partir do estar “em Cristo”, se conformando à Sua pessoa. A ética cristã, em decorrência, deve ser uma ética para a vida e para a promoção da vida e da justiça. Deve ser uma ética centrada no ser humano e nas suas necessidades.

A ética cristã é uma ética da convivência, da solidariedade e do compromisso com o outro, que deve se expressar em ações concretas. A ética cristã é uma ética comunitária vivificada pelo Espírito de Deus, que envolve todo o mundo como *oikos* de Deus. A ética cristã é uma ética do amor. Agostini diz que o amor

[...] se desdobra na capacidade de receber o outro em nossa vida, faz-se reciprocidade, cultiva a alteridade. Sente o outro como nosso bem. Acolhe-o com profundo e radical respeito. Vive a maleabilidade do amor, numa flexibilidade quase infinita. O amor nos adapta a tudo o que é necessário para atingir o bem, numa orientação implacável e irresistível que habita o íntimo de nosso coração e que nada poderá tirar. O amor é, assim, em nós uma força intransigente: aceita-se ou recusa-se.⁷¹

A ética cristã, enfim, proveniente da experiência histórica da Igreja, é a ética que pergunta pela vontade de Deus. Ou seja, a ética cristã é a da realidade de Deus na sua revelação em Jesus Cristo, diferente de uma ética centrada no próprio eu, na

⁶⁸ VELASQUES FILHO, 1977, p. 25.

⁶⁹ VELASQUES FILHO, 1977, p. 25.

⁷⁰ BONHOEFFER, 2009, p. 60.

⁷¹ AGOSTINI, 2002, p. 179.

realidade das normas e valores. A ética cristã não parte de normas ou regras prefixadas, mas da vontade de Deus, manifesta na reconciliação do mundo com Deus através de Jesus Cristo. A Bíblia tem lugar fundamental para a compreensão da ética cristã.

A pergunta pelo lugar da Bíblia é fundamental para a compreensão da ética cristã. As várias tradições acreditam que a Bíblia fornece os alicerces para a ética cristã, pois asseveram que a Bíblia contém a revelação de Deus, e, que, como tal, ela apresenta elementos concernentes à conduta do ser humano que deverão ser considerados na construção de uma ética cristã. No entanto, divergem na maneira de apropriar-se da Bíblia como fundamento de sua ética.

Há aqueles que sustentam que a revelação de Deus na Bíblia se dá de modo proposicional através de uma inspiração verbal. A consequência desta interpretação, caracteristicamente fundamentalista, consiste em que ela não leva em conta o desenvolvimento histórico dos escritos bíblicos, seu contexto, o momento em que foram escritos e para quem foram escritos. A implicação desta postura incide em que ela acaba por criar uma ética legalista, onde a Palavra de Deus, identificada literalmente com a Bíblia, “cria regras verdadeiras e infalíveis para a vida cristã”⁷² de todos os tempos e épocas.

Esta maneira fundamentalista de ver a Bíblia como um “manual” de ética tem as suas vantagens, pois ela apresenta um sistema fechado de normas e verdades que pode oferecer segurança significativa para os cristãos, de onde eles poderão saber o que fazer e o que não fazer para serem súditos fiéis do Reino de Deus. No entanto, existem diversos argumentos contra essa ideia.⁷³

Primeiro, os fundamentalistas acabam por fazer uma seleção de textos bíblicos. Por exemplo, quando a questão ética é relativa à sexualidade, eles privilegiam muito os textos do Antigo Testamento que falam sobre a moral sexual, contudo, nunca interpretam com a mesma literalidade os textos que falam do ano sabático e do ano da remissão. Diante disso, os fundamentalistas se mostram incoerentes diante da fidelidade bíblica tão cara para eles.⁷⁴

⁷² GEUS LOS, Leonardo de; GROSHEIDE, Lambert. Existe uma ética cristã?. *Simpósio*, v. 38 , p. 197-200, 1995. p. 198.

⁷³ GEUSLOS, GROSHEIDE, 1995, p. 198.

⁷⁴ GEUSLOS, GROSHEIDE, 1995, p. 198.

Segundo, os fundamentalistas enfrentam a dificuldade da diversidade do cânon. A Bíblia apresenta muitas posturas éticas diferentes e até contraditórias. Com isto evidencia-se a ideia de que a Bíblia não é um livro eterno de leis, mas um conjunto de escritos enraizados no tempo e no espaço. Deve-se dizer neste ponto que a Bíblia ampara muitas atitudes reconhecidas como anticristãs hoje, como exemplo, podemos mencionar a escravidão.⁷⁵

Terceiro, a ética fundamentalista apresenta historicamente uma consequência negativa para a vida das pessoas. Ela acaba por criar um sistema duríssimo de regras (“isto pode, aqui não pode”), onde as pessoas acabam por não conseguir viver no padrão dos “piedosos e retos de coração”. Isto parece com a imagem dos evangelhos acerca dos cansados e oprimidos que sofriam com os fardos pesados colocados em seus ombros pelos fariseus.⁷⁶

A Bíblia, portanto, não é um manual de ética aplicável diretamente à vida atual. Ela é “a memória primária da revelação da vontade de Deus *como foi compreendida e interpretada* num tempo, lugar e cultura específicos”.⁷⁷ A Bíblia é testemunho e confissão de fé para determinadas realidades. Deste modo, não é possível apropriar-se das éticas bíblicas sem antes compreender o motivo dessas interpretações, estando conscientes da lacuna histórico-cultural que nos separa dos autores bíblicos.

Brakemeier fala da Bíblia como inspiração. Desta forma, “[...] ela não teria *autores*, e, sim, *um só autor*, a saber, o Espírito Santo.”⁷⁸ O autor baseia-se em 2 Tm 3.16: “toda escritura é inspirada por Deus e útil para o ensino [...]”. Brakemeier destaca ainda que a autoridade da Bíblia está em sua qualidade canônica e, como tal, “[...] exige obediência, sujeição, respeito. Mas é uma autoridade não coerciva. A Bíblia não obriga. Ela busca, isto sim, adesão, consentimento, acolhida. Trata-se de uma autoridade ‘espiritual’, distante de violência física, psíquica ou social”.⁷⁹

Achegado a este ponto, as éticas bíblicas não contemplam diversas questões contemporâneas como, por exemplo, clonagem ou biotecnologia. Outro aspecto indicado anteriormente deve ser exemplificado. A Bíblia apresenta diversas éticas

⁷⁵ GEUSLOS, GROSHEIDE, 1995, p. 198.

⁷⁶ GEUSLOS, GROSHEIDE, 1995, p. 198.

⁷⁷ MAY, 2008, p. 95.

⁷⁸ BRAKEMEIER, Gottfried. *A autoridade da Bíblia: controvérsias, significado, fundamento*. 3. ed. São Leopoldo: Sinodal, 2012, p. 33.

⁷⁹ BRAKEMEIER, 2012, p. 37.

divergentes, por exemplo, Gl 3.28 nos diz que em Cristo “não há judeu nem grego, escravo nem livre, homem nem mulher”, no entanto, 1 Tm 2.11 e Ef 6.5 apresentam o imperativo da submissão da mulher ao homem e o da escravidão.⁸⁰

May escreve que claramente algumas partes “do material bíblico-ético deveriam ser rejeitadas quanto à sua validade para hoje. Ainda que se encontrem na Bíblia, não podem ser normativas ou ter caráter de autoridade para nossos tempos”.⁸¹ Ele apresenta como exemplo o preceito ético de matar um filho “obstinado e rebelde” (Dt 21.18-21) e o dito atribuído a Jesus que reza: “Qualquer, porém, que fizer tropeçar a um destes pequeninos que crêem em mim, melhor lhe fora que se lhe pendurasse ao pescoço uma grande pedra de moinho, e fosse afogado na profundidade do mar” (Mt 18.6).⁸²

Os exemplos poderiam ser multiplicados, verificando temas como o patriarcalismo, etnocentrismo e outras questões que são subscritas na Bíblia, e que, no entanto, são incompatíveis com a mentalidade hodierna e com outras éticas da própria Bíblia. Como dito anteriormente, a Bíblia pressupõe a interpretação de uma realidade específica, e deste modo, não poderemos compreender a ética bíblica sem antes entender o porquê dessa interpretação.⁸³ Por isso Schrage, biblista do Novo Testamento, comenta que

[...] precisamente la reinterpretación de tradiciones éticas que se puede observar en el nuevo testamento demuestra que no existe una tendencia a reproducir servilmente comportamientos estandarizados. Pero a pesar de toda la libertad y de toda la fuerza de innovación con las que se podría no sólo interpretar sino crear algo nuevo, se intenta, no obstante, mantener las orientaciones de Jesús y las experiencias de la comunidad primitiva, con objeto de poder solucionar situaciones análogas o nuevas.⁸⁴

Brakemeier destaca que compreender a Bíblia

[...] não se resume num processo intelectual, cognitivo, racional. Pois a leitura da Bíblia não pretende comunicar apenas fatos. Ela tem a fé por meta. E somente a fé vai descobrir e aceitar também a autoridade da Bíblia. Em outras palavras: *A autoridade da Bíblia depende da fé que ela mesma desperta.*⁸⁵

⁸⁰ MAY, 2008, p. 92-93.

⁸¹ MAY, 2008, p. 93.

⁸² MAY, 2008, p. 94.

⁸³ MAY, 2008, p. 94.

⁸⁴ SCHRAGE, Wolfgang. *Ética del Nuevo Testamento*. Salamanca: Sígueme, 1987. p. 18.

⁸⁵ BRAKEMEIER, 2012, p. 79.

Portanto, nosso papel é realizar o mesmo a partir da Bíblia, derivando nossa identidade religiosa e os valores que nos orientarão na atualidade. Para isso usaremos a exegese e outras “chaves” para acessar as interpretações e reinterpretações que os escritores bíblicos fizeram. Esta proposição permite questionar o caráter e as estruturas das éticas contidas na Bíblia procurando as suas preocupações básicas. Diante disso, May escreve que

[...] relendo os textos bíblicos a partir do nosso próprio contexto, posição social e subjetividade histórica, dialogamos constantemente com os autores bíblicos. O diálogo provoca nossa imaginação moral e, como os primeiros autores, reinterpretemos as tradições éticas bíblicas, evitamos a reprodução literal ou mecânica de comportamentos padronizados e, com liberdade e inovação, tentamos manter as orientações de Jesus e as experiências da comunidade primitiva juntamente com as experiências da realidade atual.⁸⁶

O autor citado anteriormente prossegue afirmando que de diversos modos a Bíblia fornece estruturas teológicas e balizas morais que fundamentam e aclaram os problemas éticos da atualidade. “Mais que imperativos específicos, a Bíblia ensina-nos os valores fundamentais e os princípios orientadores que nos norteiam hoje. Ajuda-nos a discernir a vontade de Deus em meio a nossa situação”.⁸⁷ Schrage comenta que

[...] el nuevo testamento no es, por supuesto, una base de la cual se pueda proceder por deducción, pero sí es el punto de referencia más decisivo, dado que la revelación escatológica de la voluntad de Dios queda plasmada testimonialmente en Jesucristo, el cual no sólo es reconciliador y redentor, sino también el Señor soberano. Debido a esto precisamente, toda ética cristiana tendrá que proseguir sus reflexiones siguiendo permanentemente la trayectoria del nuevo testamento.⁸⁸

A ética cristã não se confronta com a ética profissional, mas vem, muitas vezes, fundamentá-la.

1.4 Ética profissional

A ética profissional se refere à reflexão crítica atinente ao saber e à práxis profissional, com o objetivo de orientar as condutas profissionais, relacionando-as

⁸⁶ MAY, 2008, p. 95.

⁸⁷ MAY, 2008, p. 95.

⁸⁸ SCHRAGE, 1987, p. 18.

com o pensamento ético da atualidade e estabelecendo um diálogo interdisciplinar com os saberes que orientam o exercício das respectivas profissões.⁸⁹ Nesta pesquisa interessa-nos, sobretudo, a ética profissional da capelania universitária cristã.

O exercício profissional pressupõe uma aptidão para determinada função, aptidão esta que “pressupõe a presença de determinados caracteres que, em seu conjunto, tornam o indivíduo capaz de realizar determinada tarefa. Na determinação das aptidões baseia-se a orientação profissional, isto é, a seleção e a preparação do indivíduo para este ou aquele trabalho, em conformidade com as suas habilidades.”⁹⁰ *Ser profissional* implica em *ser ético* na realização das tarefas.

A ética profissional já deve ser debatida na formação profissional, quando se deve enfatizar

[...] a ética como condição primordial para os futuros profissionais, haja vista que a ética acontece no interior do ser humano e se verifica a partir do momento em que questionamos a ação ou conduta praticada ou que se pretende praticar, como uma maneira de controle interno da ação humana.⁹¹

Questionar e revisar as ações constantemente são fundamentais na vida do *ser profissional*. “Os códigos deontológicos que fazem parte da formação de cada profissão devem ser como bússola que orienta preceitos morais e não ter caráter corporativista de proteção aos profissionais.”⁹²

Nessa mesma linha de formação ética profissional, Boto destaca que “a ação ética é uma prática, um hábito, que ninguém tem no ponto de partida, mas que deve ser percorrido todos os dias, quando pretendemos tornar nossa existência profissional uma narração dotada de sentido [...]”.⁹³ Continua a autora defendendo que “ética só é para valer no exercício continuado e refletido de nossa alma em direção ao bem comum. Bem comum, por sua vez, é valor compartilhado.”⁹⁴

⁸⁹ HORTAL ALONSO, Augusto. *Ética das profissões*. São Paulo: Loyola, 2006. p. 9.

⁹⁰ ABBAGNANO, Nicola. *Dicionário de Filosofia*. São Paulo: Martins Fontes, 2007. p. 77

⁹¹ PINHEIRO, Patrícia Neyva da Costa; MARQUES, Maria de Fátima Cardoso; BARROSO, Maria Grasiela Teixeira. Ética na formação profissional: uma reflexão. *Esc. Anna Nery*, Rio de Janeiro, v. 10, n. 1, abr. 2006. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-81452006000100015&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em 30 dez. 2013. p. 117.

⁹² PINHEIRO, Patrícia Neyva da Costa; MARQUES, Maria de Fátima Cardoso; BARROSO, Maria Grasiela Teixeira, 2006, p. 119.

⁹³ BOTO, Carlota. Por uma ética em profissão: rumo a uma nova paideia, *Interface, Comunic, Saúde, Educ*, v. 6, n. 10, p. 9-26, 2002. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/icse/v6n10/02.pdf>. Acesso em 30 nov. 2013. p. 19.

⁹⁴ BOTO, 2002, p. 20.

Enfim, a ética aplicada na capelania das Instituições cristãs de ensino, independente dos níveis, é perpassada pela ética cristã. O capelão exerce profissionalmente a sua função, e, portanto, compete a ele a aplicação do código de ética da referida Instituição, se apropriando respectivamente da ética profissional da capelania. No entanto, a ética da capelania universitária tem como seu fundamento a ética cristã e os princípios do aconselhamento pastoral.

2 CAPELANIA UNIVERSITÁRIA E ÉTICA

2.1 Capelania: algumas definições

O termo capelania provém do latim *cappella*, vocábulo que surgiu na língua latina por volta do sétimo século da era cristã para nomear um oratório onde era guardada e venerada a capa de São Martinho de Tours (316-397), que conforme uma lenda, no inverno de 338 teria partido seu manto – *cappa* – e oferecido a um pobre. Essa parte do manto foi conservada e no sétimo século guardado num oratório, que pouco depois passou a ser chamado de *cappella*.⁹⁵

Progressivamente *capella* passou a designar qualquer oratório. Deste modo, os sacerdotes encarregados dos oratórios foram chamados de *cappellanus* – capelão. Na França do século XVIII era costume levar uma relíquia religiosa para os acampamentos militares, juntamente com um sacerdote para os ofícios religiosos e o aconselhamento. Quando o oratório (*cappella*) que continha a capa de São Martinho passou a ser levado, a tenda que abrigava o oratório também foi designada de *cappella*.⁹⁶

No século XIV *cappella* passou a designar, em termos gerais, pequenos templos.⁹⁷ A partir deste transfundo semântico originou-se a associação do termo *capella* aos sacerdotes incumbidos de serviços religiosos em unidades militares, hospitais e escolas, sendo designados, portanto, de “capelão” e seus serviços oferecidos de “capelania”.⁹⁸ A capelania teve sua origem entre os militares franceses, pelo menos com este nome. No entanto, sempre houve pessoas que ministravam a outras durante os tempos de necessidades.

⁹⁵ RAMOS, Manuela. *A vida de S. Martinho*. Disponível em: <http://smartinho.blogspot.com.br/2004/11/vida-de-s-martinho.html>. Acesso em 30 mar. 2014.

⁹⁶ FERRERA, Damy. *Capelania escolar evangélica*. São Paulo: Trans Mundial, 2008. p. 36. Sanna comenta que “historicamente o termo ‘capelania’ foi criado na França, em 1700 porque, em tempos de guerra, o rei costumava mandar para os acampamentos militares, uma relíquia dentro de um oratório, que recebia o nome de ‘Capela’. Essa capela ficava sob a responsabilidade do sacerdote, conselheiro dos militares. Em tempos de paz, a capela voltava para o reino, ainda sob a responsabilidade do sacerdote, que continuava como líder espiritual do rei, e assim ficou conhecido por capelão. Com o tempo, o serviço de capelania se estendeu aos parlamentos, colégios, cemitérios e prisões. Cf. GENTIL, Rosana Chami; GUIA, Beatriz Pinheiro da; SANNA, Maria Cristina. Organização de serviços de capelania hospitalar: um estudo bibliométrico, *Escola Anna Nery*, 2011 jan-mar; 15 (1):162-170. p. 163. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ean/v15n1/23.pdf>>. Acesso em: 16 nov. 2013.

⁹⁷ CARDOSO, Luis de Souza. Apontamentos sobre pastoral e capelania em escolas metodistas. *Revista de Educação do COGEIME*, n. 21, p. 113-123, 2002. p. 114.

⁹⁸ CARDOSO, 2002, p. 114.

Na atualidade a capelania é um serviço de apoio e assistência espiritual que se fundamenta numa visão holística do ser humano (corpo, emoções, intelecto, espírito). Em termos gerais, pode-se afirmar que a capelania tem a função de encorajar nos momentos de crise, procurando reanimar a fé e a esperança.⁹⁹ Vieira comenta que “a capelania é, então um espaço sagrado, de apoio espiritual, de consolo dentro das instituições que o adotam”.¹⁰⁰

Rückert comenta que as *capelarias* são uma expressão do serviço – *diaconia* – religioso oferecido pela comunidade cristã “com o objetivo de criar um ambiente que possibilite uma ação missionária e ser um espaço onde o amor de Deus seja revelado e compartilhado”.¹⁰¹ Ela acrescenta que “essa assistência espiritual ao ser humano deve acontecer sem distinção de credo e sem pretensão proselitista”.¹⁰² Este último aspecto se torna assaz importante devido à diversidade religiosa presente nas universidades e demais instituições.

Por isso, as capelarias “têm um compromisso com a evangelização”.¹⁰³ As palavras de Queiróz atinentes à evangelização devem sempre ser lembradas neste ponto. Ele diz que evangelização não poder ser confundida com a “concorrência religiosa”, lembrando-nos que a evangelização não deve ser

[...] reduzida a proselitismo e catequese para se garantir uma clientela religiosa [...], [neste caso] a ênfase deixa de ser o anúncio das boas novas a respeito de Jesus Cristo, e passa a ser um conjunto de acusações com o propósito de macular a imagem institucional do concorrente em benefício da instituição que se defende. Ou mesmo, diante de uma postura mais diplomática, procura-se usar o marketing profissional com o fim de garantir uma maior “clientela” da religião cristã. Por mais relevante e significativa que sejam as preferências por determinado segmento religioso, diante do evangelho de Jesus Cristo não há como garantir exclusividade a um determinado grupo. Aliás, nem mesmo Jesus e seus discípulos cultivaram esse tipo de prestígio.¹⁰⁴

⁹⁹ VIEIRA, Walmir. *Capelania Escolar Batista: as práticas pastorais desenvolvidas pela capelania dos Colégios Batistas : um estudo de caso do sistema batista mineiro de educação*. Dissertação (Mestrado) - Universidade Metodista de São Paulo, Faculdade de Filosofia e Ciências da Religião, Programa de Pós-graduação em Ciências da Religião, São Bernardo do Campo, 2009. p. 41. Disponível em: <http://ibict.metodista.br/tedeSimplificado/tede_busca/arquivo.php?codArquivo=2205>. Acesso em: 15 nov. 2013.

¹⁰⁰ VIEIRA, 2009, p. 43.

¹⁰¹ RÜCKERT, Maria Luiza. Capelania. In: BORTOLLETO FILHO, Fernando (org.). *Dicionário Brasileiro de Teologia*. São Paulo: ASTE, 2008. p. 130.

¹⁰² RÜCKERT, 2008. p. 130.

¹⁰³ RÜCKERT, 2008, p. 130.

¹⁰⁴ QUEIRÓZ, Carlos. Evangelização. In: BORTOLLETO FILHO, Fernando (org.). *Dicionário Brasileiro de Teologia*. São Paulo: ASTE, 2008. p. 423. (420-424)

O capelão e a capelã “são mensageiros e mensageiras de Jesus, enviados pela Igreja para levar as boas novas convictos de que o Senhor já começou a sua obra antes de o capelão ou a capelã intervir”.¹⁰⁵

A capelania escolar (também denominada de pastoral escolar) é uma das subdivisões da capelania que se encontra voltada a ação pastoral dentro das escolas (infantil, fundamental, média e universitária). Vieira comenta que a capelania escolar é a “fé se concretizando no dia-a-dia dentro da escola através dos atos solidários, na presença amiga quando se enfrenta as dores da alma e no levar a mensagem de Cristo”.¹⁰⁶ A capelania escolar, segundo Bessel, tem como propósito os seguintes elementos:

1. Proporcionar meios e oportunidades à comunidade universitária (alunos e suas famílias, professores, funcionários e respectivas famílias) de relacionar-se com Deus;
2. Contribuir para a formação de pessoas cristãs responsáveis e úteis à família, ao país, à sociedade e à igreja;
3. Proporcionar à comunidade universitária uma base sólida para a vida através do evangelho de Jesus Cristo;
4. Contribuir para que a comunidade universitária seja capaz de usar responsabilmente suas potencialidades bem como enfrentar com serenidade, segurança e esperança os contratempos impostos pela vida;
5. Cooperar na implementação de uma filosofia de educação cristã e zelar pela manutenção e prática da mesma;
6. Oferecer oportunidades de que as pessoas conheçam os ensinamentos básicos bem como a prática da fé cristã.¹⁰⁷

A capelania escolar está relacionada a uma concepção de ação da Igreja na instituição educativa confessional.¹⁰⁸ Nesta perspectiva a capelania escolar encontra-se estritamente relacionada ao que poderíamos chamar de “cuidados espirituais” das pessoas (cultos, devocionais, assembleias religiosas etc.),

¹⁰⁵ RÜCKERT, 2008. p. 130.

¹⁰⁶ VIEIRA, 2009, p. 44.

¹⁰⁷ Adaptado de BESSEL, Arno. Ministério de capelania escolar: oportunizando o acesso de pessoas a Deus. *Vox Concordiana*, Vol./No. 15/2, p. 5-11, 2000. p. 5-6.

¹⁰⁸ Junqueira comenta que a capelania escolar “está ligada a duas grandes áreas: a da escola e a da experiência religiosa. [...] Ela é compreendida como uma contribuição para que os alunos melhor entendam a mensagem cristã, em meio às visões presentes na cultura, e com os principais problemas morais nos quais, hoje, a humanidade se encontra envolvida”. JUNQUEIRA, Sérgio Rogério Azevedo. *Pastoral escolar: conquista de uma identidade*. Petrópolis: Vozes, 2003. p. 9.

acompanhamento em situações de crises (visitação de enfermos, consolação de enlutados, aconselhamento pastoral, mediação de conflitos etc.), bem como os atos de solidariedade, como, por exemplo, campanhas de ajuda humanitária.¹⁰⁹

Para Cardoso, a capelania escolar relaciona-se diretamente com o sonho da Igreja em cumprir a Missão de Deus no mundo, “participando”, deste modo, “da construção de uma sociedade justa, solidária e fraterna, com vida em abundância por meio da educação”.¹¹⁰ Segundo ele, a capelania escolar atua em duas dimensões fundamentais: a profética e a sacerdotal. Na primeira dimensão a capelania escolar procura olhar a realidade com um olhar crítico, “perguntando-se pelo sentido dos saberes construídos e reproduzidos nas instituições”¹¹¹ escolares.

Para alcançar este objetivo a capelania escolar, prossegue Cardoso, “precisa ter um pé dentro da instituição e outro fora da instituição, dialogando continuamente com a ‘agenda interna’ [da instituição] [...] e com a ‘agenda externa’”¹¹² da comunidade a qual se encontra inserida, bem como em relação a sociedade mais ampla. Ainda na dimensão profética a capelania escolar “procura olhar criticamente os processos internos das instituições, pelo filtro da ética cristã e da justiça, procurando ajudar todos os atores envolvidos nos processos a preservar princípios de zelo pela vida e a dignidade humana, à luz do Evangelho de Cristo”.¹¹³

Na dimensão sacerdotal a capelania escolar procura zelar pela vida comunitária e individual das pessoas, cuidando da espiritualidade, da qualidade de vida e, desta forma, trabalhando por uma ética comunitária. Cardoso elucida que estes elementos expressam-se de diversas maneiras: nas celebrações litúrgicas; no consolo e solidariedade aos que sofrem; no aconselhamento pastoral; no estímulo e na preservação do diálogo juntamente com os espaços democráticos; no incentivo a alteridade e a inclusão.¹¹⁴

Artigas apresenta outras duas dimensões fundamentais da capelania escolar: a pastoral e a consciência crítica. Segundo ele, o aspecto pastoral relaciona-se com a ação inteira e total de aplicar o evangelho às situações reais da vida das pessoas

¹⁰⁹ CARDOSO, 2002, p. 114.

¹¹⁰ CARDOSO, 2002, p. 120.

¹¹¹ CARDOSO, 2002, p. 121.

¹¹² CARDOSO, 2002, p. 121.

¹¹³ CARDOSO, 2002, p. 121.

¹¹⁴ CARDOSO, 2002, p. 121.

para, deste modo, possibilitar uma experiência real e concreta da fé cristã.¹¹⁵ Artigas escreve que

a função pastoral se torna prática na expressão confessional do cuidado com o ser humano em suas lutas e vitórias, fracassos e conquistas, na construção do conhecimento e no cultivo da espiritualidade. É momento precioso de estar próximo, em comunhão, assistindo, nutrindo, acompanhando, apascentando e tornando papável, pelo exemplo, o amor cristão que transforma as pessoas e o mundo. Por meio de aconselhamentos, reflexões, visitas, pequenos grupos, apoios diversos a situações de luto, gravidez indesejada, drogadição, solidão, desespero, entre outras oportunidades é que o pastoreio da Pastoral Escolar e Universitária desempenha suas funções.¹¹⁶

Em relação à consciência crítica, Artigas comenta que a capelania escolar deve realizar, na sua prática contínua de ponderação sobre a realidade, a indagação constante do estado atual das coisas, a avaliação metódica dos enunciados, de propostas, de documentos, de legislação, de atitudes, de culturas, de tradições religiosas, de interpretações bíblicas bem com de escolhas teológicas e ideológicas, para deste modo compreender “os contextos envolvidos nos processos da sociedade humana, da educação e da Igreja [...]”.¹¹⁷ Artigas escreve que

ao cumprir tal responsabilidade [de consciência crítica] as Pastorais devem avançar para além da compreensão de que são apenas agências de leitura contextual, e que devem permanecer nas interpretações da academia e alinhar-se com suas metodologias. Mais que isso a Pastoral é a agência de um conceito que pretende sensibilizar o ser humano integral, que vive, pensa, sente e é afetado por forças e ideologias de morte. Nessa empreitada deve deixar claro que crê, tal qual profeta, que a impiedade não prevalecerá, e deve ter influência pastoral suficiente para oferecer tal provisão de alimento de esperança, sendo elemento confiável como fonte de inspiração motivadora de atitudes transformadoras. É nesse trabalho que celebra, cultua, convida à espiritualidade, acompanha, pastoreia, conforta e consola, desafia, provoca, questiona, e ama [...].¹¹⁸

A capelania escolar e as demais capelanias têm uma importância fundamental numa sociedade dominada pela tecnologia, racionalidade e economia. Como expressa Rückert, “a Igreja pode contribuir através de serviços de capelania, para a humanização de hospitais, escolas, prisões e outras instituições”, pois “nas

¹¹⁵ ARTIGAS, Flávio Ricardo Hasten Reiter. *Conhecimento e piedade vital: um exercício hermenêutico para a pastoral escolar e universitária e os indicativos para uma teologia da educação*. Dissertação (Mestrado) - Escola Superior de Teologia, São Leopoldo, 2008. p. 79.

¹¹⁶ ARTIGAS, 2008, p. 79.

¹¹⁷ ARTIGAS, 2008, p. 80.

¹¹⁸ ARTIGAS, 2008, p. 81-82.

instituições que estiverem inseridas, estes serviços promovem experiências comunitárias e terapêuticas para as pessoas que lá convivem”.¹¹⁹

2.2 A capelania escolar e a ética cristã: fundamentos da atuação do capelão e da capelã

A ética cristã estabelece os fundamentos para a atuação do capelão e da capelã nas universidades e demais instituições que incluam o serviço da capelania nos seus respectivos campos de atendimento à sociedade. Deve-se observar que há uma relação entre a vivência religiosa do capelão e da capelã com sua postura profissional, de modo que se imprimem algumas especificidades advindas da respectiva tradição religiosa. Entretanto, há princípios éticos compartilhados por diversas expressões religiosas, como o amor, o cuidado, a alteridade etc.

A capelania “cristã”, por conseguinte, procura estabelecer uma postura ética cristã no campo institucional bem como nas relações interpessoais.¹²⁰ No primeiro capítulo desta pesquisa apresentamos, em linhas gerais, alguns elementos da ética cristã. Neste capítulo exporemos outros elementos centrais da ética cristã que fundamentam a ética profissional da capelania escolar.

2.2.1 Uma ética do amor

O ser humano, na perspectiva bíblica, é a imagem e semelhança de Deus. Este fato tem correlação direta com a ética cristã. Como bem expressa Grenz ao dizer: “O Deus, cuja imagem somos convocados a ser, não é outro senão a Trindades social, as pessoas trinitárias em eterna comunhão”.¹²¹ Os autores bíblicos declaram que o caráter e a essência de Deus é o amor (1 Jo 4.7,16), sendo que a história bíblica demonstra o amor do Deus uno e trino para com toda a criação, mas de modo especial evidenciam seu amor pela humanidade.¹²²

Carreiro escreve que “o amor de Deus é aquela parte de Sua natureza que O move a doar-se a Si mesmo, em termos de afeição, e a manifestar Seu interesse em

¹¹⁹ RÜCKERT, 2008, p. 130.

¹²⁰ RÜCKERT, 2008, p. 130.

¹²¹ GRENZ, 2006, p. 325.

¹²² GRENZ, 2006, p. 325.

atitudes de cuidado e auto-sacrifício pelo objeto do Seus amor”.¹²³ Ele prossegue dizendo que o primeiro e principal objeto do amor de Deus é o seu próprio filho, Jesus Cristo (Mt 3.17; 15.5; Jo 17.24). São objetos do especial amor de Deus também aqueles e aquelas que creem em Jesus Cristo (Jo 17.23), sendo que Cristo “indica que os discípulos receberam da parte do Pai afeição igual à que Ele recebera”.¹²⁴

Deus ama o mundo (Jo 3.16), a humanidade em sua totalidade é objeto do seu amor. “Ele o expressou enviando Seu Filho, a fim de redimi-la. O amor divino é mais que misericórdia e compaixão, implica ação e identificação com o objeto do amor”.¹²⁵ O fato de Deus ser amor implica diretamente na *imago Dei* da humanidade. Grenz escreve que

a perspectiva cristã declara que, em última análise, a tarefa de cumprir o propósito de ser a *imago Dei* envolve a nossa transformação segundo a imagem de Deus (2 Co 3.18), que é a incorporação da imagem divina (Cl 1.15). Isso implica ser atribuído do próprio caráter de Jesus e motivado pelos ideais nele personificados. Assim, tornamo-nos os santos glorificados que Deus já declarou que somos. O agente de nossa transformação é o Espírito Santo, que nos põe em comunhão com a comunidade de Jesus Cristo, a Igreja. Por isso, da mesma forma em que o Deus cujo caráter amoroso temos de espelhar é a Trindade social, a vida ética relacional. A visão bíblica enfoca pessoas-em-relacionamento.¹²⁶

Por isso, os cristãos e as cristãs têm enfatizado a importância fundamental do amor para a vida ética. Como diz Deiros: “La síntesis de toda demanda ética, desde a perspectiva bíblica, es la ley del amor. [...] La ‘ley del amor’ es, sin duda alguna, el principio controlador de toda la ética cristiana”.¹²⁷ Para Grenz, do mesmo modo, o “amor abrangente” é “o conteúdo da ética cristã”.¹²⁸ O amor, portanto, é o princípio mais importante e fundamental da ética cristã.¹²⁹

Míguez Bonino elucida que o amor possibilita uma redefinição e uma nova percepção das coisas. Ele assim escreve: “as velhas distinções religiosas, sociais, raciais ou legais – judeu ou grego, escravo ou livre, homem ou mulher – perdem

¹²³ CARREIRO, Vanderli Lima. Amor. In: BORTOLLETO FILHO, Fernando (org.). *Dicionário Brasileiro de Teologia*. São Paulo: ASTE, 2008. p. 32-33. (32-34)

¹²⁴ CARREIRO, 2008, p. 33.

¹²⁵ CARREIRO, 2008, p. 33.

¹²⁶ GRENZ, 2006, p. 325.

¹²⁷ DEIROS, 1988, p. 66.

¹²⁸ GRENZ, 2006, p. 324. Título do capítulo.

¹²⁹ KUCHENBECKER, Valter. *O homem e o sagrado: a religiosidade através dos tempos*. 8. ed. Canoas, RS: ULBRA, 2004. p. 195.

significado porque todos os homens vêm a ser uma família, a dos filhos de Deus”. Míguez Bonino prossegue dizendo que “daí surgirão novas formas de comportamento, atitudes e disciplinas. Serão, porém, aquelas que o amor constitui para a plena maturidade de todos, para a edificação de uma nova comunidade de homens [...]”.¹³⁰

No NT vemos que o mandamento do amor ao próximo e à próxima é paralelo ao mandamento do amor a Deus (Mc 12.30,31), sendo, na verdade, uma consequência direta deste (1 Jo 3.10). João afirma que a pessoa torna-se mentirosa quando afirma “amar a Deus”, e odeia a sua próxima e o seu próximo (1 Jo 4.20). Segundo Jesus Cristo, a intensidade do amor ao próximo e à próxima deve ser como “amar como a si mesmo” (Mt 22.39). O amor altruísta é característica da discípula e do discípulo de Jesus (cf. Jo 13.34). Em 1 Coríntios 13 Paulo expressa algumas características deste amor. Ele diz:

O amor é paciente, é benigno; o amor não arde em ciúmes, não se ufana, não se ensoberbece, não se conduz inconvenientemente, não procura os seus interesses, não se exaspera, não se ressentido do mal; não se alegra com a injustiça, mas regozija-se com a verdade; tudo sofre, tudo crê, tudo espera, tudo suporta.¹³¹

O amor deve ser sem hipocrisia (Rm 12.9), e demonstrado não apenas por meio de palavras, mas em ações concretas (1 Jo 3.18), no serviço ao outro e a outra (Gl 5.13). O amor não faz acepção de pessoas (Tg 2.8,9), mesmo em relação aos inimigos e às inimigas (Mt 5.43-48). As ações concretas decorrentes do amor devem se manifestar no suprimento das necessidades dos “irmãos” e “irmãs” (1 Jo 3.16-18), bem como no caso das inimigas e dos inimigos (Rm 12.20,21).¹³²

Boff afirma que o amor é central para o cristianismo porque a pessoal central. Ele prossegue dizendo que amar é sair na direção das pessoas, amando-as sem retorno, de modo incondicional, tudo isto fundado em um *ēthos* o mais inclusivo possível e o mais humanizador que se possa conceber. “Este amor é um movimento só, vai ao outro, à natureza e a Deus”.¹³³

O *ethos* que ama funda um novo sentido de viver. Amar o outro é dar-lhe razão de existir. Não há razão para existir. O existir é pura gratuidade. Amar

¹³⁰ MÍGUEZ BONINO, 1982, p. 50.

¹³¹ 1 Coríntios 13.4-7.

¹³² CARREIRO, 2008, p. 34.

¹³³ BOFF, 2011, p. 46.

o outro é querer que ele exista, porque o amor faz o outro importante. [...] Quando alguém ou alguma coisa se fazem importantes para o outro, nasce um valor que mobiliza todas as energias vitais. É por isso que, quando alguém ama, rejuvenesce e tem a sensação de começar a vida de novo. O amor é a fonte dos valores. Somente esse *ethos* que ama pode responder aos desafios atuais que são de vida e de morte. Faz dos distantes próximos e dos próximos, irmãos e irmãs. De tudo o que amamos também cuidamos. Abre-se ao *ethos* que cuida se responsabiliza e se compadecer.¹³⁴

Portanto, a atuação do capelão e da capelã tem como seu principal fundamento a ética do amor, devendo estabelecer relações interpessoais fundamentadas no amor com as pessoas aos seus cuidados, bem como estimular as relações interpessoais entre todas as pessoas que fazem parte da comunidade acadêmica sobre o mesmo fundamento.

2.2.2 Uma ética comunitária

A ética tem uma preocupação fundamental com a comunidade, ocupando-se com a conduta que melhor coopere para a edificação responsável da convivência humana. A dimensão comunitária encontra-se também no âmago da ética cristã e levanta uma questão urgente para o nosso tempo: “como viver juntos”.¹³⁵ Grenz comenta que o “conceito bíblico de comunidade confere à ética cristã sua direção específica”.¹³⁶

O NT aponta para essa preocupação comunitária quando fala em *koinonia* (At 4.42; Rm 12.13; Fm 15-17 etc.). May escreve que o conceito basilar da ética comunitária, expresso pelo conceito neotestamentário de *koinonia*, significa “comunhão, comunidade, colaboração participação, solidariedade, compartilhamento e unidade. Significa também companheiro ou companheira, partícipe e parceiro ou parceira”.¹³⁷ Isto significa que *koinonia* “assinala a vida em comunidade, pessoas relacionadas com outras pessoas, apontando para a qualidade de relações positivas”.¹³⁸

¹³⁴ BOFF, 2011, p. 47-48.

¹³⁵ MAY, 2008, p. 21.

¹³⁶ GRENZ, 2006, p. 314.

¹³⁷ MAY, 2008, p. 21.

¹³⁸ MAY, 2008, p. 21.

A ideia neotestamentária de *koinonia* também aponta para a igreja “como uma comunidade restauradora e transformadora, centrada no Espírito”.¹³⁹ Grenz escreve que a “vida ética implica em viver cada momento avidamente, antecipando e diligentemente promovendo a comunhão reconciliada que Deus quer para nós, e toda a criação”, sendo que esta vida surge à medida que permitimos que Deus nos molde aqui e agora, por isso, “ser o povo de Deus no presente envolve ‘encarnar’ o princípio divino de vida no âmbito de nossos relacionamentos”.¹⁴⁰

A *koinonia* não está restrita a comunidade cristã, como se versasse somente à comunhão das pessoas cristãs. Ao contrário, ela apresenta um aspecto que rompe com os muros eclesiais. Gonçalves denomina este aspecto de “*koinonia* social”, afirmando que a igreja deve promover a *koinonia* “mediante o seu testemunho e serviço ao mundo”. Deste modo, a *koinonia* relaciona-se intrinsecamente com o amor, pois, como prossegue Gonçalves, “torna-se impossível a construção da comunhão sem o amor compreendido como ato de entrega, de doação, de proximidade, de solidariedade ao Outro”.¹⁴¹

Greuel escreve que “o ser humano da pós-modernidade é condicionado a organizar sua vida em torno de si mesmo, de seus desejos, de suas vontades e de seus projetos, numa atitude de autocentramento”, apresentando como uma de suas características fundamentais “o individualismo”.¹⁴² Libanio comenta que individualismo na pós-modernidade “vem corroendo [...] toda solidariedade”. A consequência deste fenômeno, prossegue Libanio, é que “não há ética possível sem sentido do outro, sem percepção de que o ser humano se constitui face a outra face”.¹⁴³

Gusso comenta que há uma quase impossibilidade de convívio comunitário nas universidades. Essa realidade tem afetado, sobretudo, as pessoas que trabalham de dia e estudam à noite. Gusso prossegue afirmando que

¹³⁹ CLINEBELL, Howard J. *Aconselhamento pastoral: modelo centrado em libertação e crescimento*. 4. ed. São Leopoldo: EST, Sinodal, 2007. p. 50.

¹⁴⁰ GRENZ, 2006, p. 314.

¹⁴¹ GONÇALVES, Paulo Sérgio Lopes. O sonho da unidade dos cristãos: eclesiologia ecumênica elaborada a partir dos “princípios católicos” e das comissões mistas. In: BIZON, José; DRUBI, Rodrigo (orgs). *A unidade na diversidade: coletânea de artigos em comemoração aos 40 anos de Decreto Unitatis Redintegratio sobre o Ecumenismo*. São Paulo: Loyola, 2004. p. 218. (p. 199-241)

¹⁴² GREUEL, Sigolfi. *Religião e religiosidade na pós-modernidade*. Dissertação (Mestrado Profissionalizante) - Escola Superior de Teologia, Instituto Ecumênico de Pós-graduação, São Leopoldo, 2008. p. 16.

¹⁴³ LIBANIO, João Batista. *Olhando para o futuro: perspectivas teológicas e pastorais do Cristianismo na América Latina*. São Paulo: Loyola, 2003. p. 118.

nas poucas, apressadas e cansadas horas do período noturno, o estudante não tem folga nem disposição psicológica para apreciar e fruir o contato e o convívio com os colegas. A universidade se lhe tornou o último esforço de um dia pesado. A ausência de um professor, uma aula chata, um trabalho a terminar lhe sugerem fortemente o direito de dispensar-se das aulas seguintes... e um feriado no meio de semana o motiva a faltar nos dias intermediários.¹⁴⁴

Gusso ainda comenta que a estrutura universitária, fundamentada no sistema de departamentos e créditos, organiza as aulas em diferentes turmas, “torna ainda mais precária e problemática a convivência”.¹⁴⁵ Estes aspectos têm implicações diretas para a ética comunitária, pois devemos ser comunidade. Como expressa Rangel: “ser é com-ser. Viver é com-viver”.¹⁴⁶ Por isso, a capelania escolar, no testemunho e no serviço, deve promover a comunhão entre as pessoas, despertando-as para o sentido comunitário e relacional da existência humana.

A universidade é uma comunidade de aprendentes, onde se aprende através da teoria, mas também mediante a vivência e a experiência. Por isso, não pode haver dicotomia entre o aprendido e o apreendido e a vivência concreta do cotidiano.

2.2.3 Uma ética da alteridade

A alteridade encontra-se entre as preocupações fundamentais da ética. Ela estabelece a base e o sentido da “comunidade”. O termo alteridade provém do latim *alteritas* e significa “ser outro, colocar-se ou constituir-se como outro”.¹⁴⁷ May elucida que no sentido ético filosófico a alteridade denota o que “é diferente da minha pessoa ou do meu grupo e, portanto, que afeta, de diversas maneiras, a minha ou nossa conduta ou relações – raças, gêneros, culturas, orientações sexuais e nacionalidades – e também outros seres vivos e a ‘natureza’”.¹⁴⁸

Neste sentido, a alteridade significa a afirmação da diferença e diversidade. Em termos ontológicos “compreende a condição de um ser distinto de outro no seu modo de ser específico ou no seu fato de ser numérico, isto é, na sua essência ou

¹⁴⁴ GUSSO, Enzo Campos. *Pastoral universitária: uma proposta concreta*. São Paulo: Loyola, 1977. p. 16.

¹⁴⁵ GUSSO, 1977, p. 16.

¹⁴⁶ RANGEL, Paschoal. Ética fundada na pessoa humana. *Atualização*, n. 312, p. 3-18, 2005. p. 14.

¹⁴⁷ ABBAGNANO, Nicola. *Dicionário de Filosofia*. 3. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1998. p. 34-35.

¹⁴⁸ MAY, 2008, p. 28.

na sua existência: contrapõe-se a identidade de um ser consigo mesmo”.¹⁴⁹ Em outras palavras, a alteridade afirma que a vida é concebida em torno dos “eus” e dos “tus”. Dessa forma, ela se refere à qualidade moral das interações comportamentais entre as pessoas.¹⁵⁰

O alicerce da ética cristã da alteridade encontra-se na doutrina da Trindade. Deus é único, mas subsiste eternamente em três pessoas distintas, que vivem em uma perene comunhão de amor. Anatrella escreve que na triunidade de Deus há um vínculo durável que conecta “o Pai, fonte de toda a Trindade, e o Filho no reconhecimento da alteridade do Espírito Santo. É próprio do Espírito Santo ser esse vínculo de unidade que põe em relação as três pessoas divinas em caridade recíproca”, por isso, “a alteridade é o próprio coração do Deus trinitário [...]”.¹⁵¹

O ser humano é a imagem e semelhança de Deus, portanto, foi criado “como ser em relação”. No entanto, “para que ‘o ser humano’ exista, e para que exista enquanto imagem da Trindade, é necessário que haja pelo menos dois seres da raça humana, um diante do outro”.¹⁵² Brakemeier comenta que “a aplicação do conceito da imagem de Deus ao ser humano é o estatuto da igualdade humana e a constituição da humanidade em ‘sociedade’”.¹⁵³

Pelo fato do ser humano ser a imagem e semelhança de Deus, percebe-se que ele “não foi criado para a solidão, mas para a comunhão. A vida humana tem uma dignidade sagrada, porque está aberta aos outros [...]”.¹⁵⁴ É justamente nas relações que o ser humano vai se descobrindo e se conhecendo.¹⁵⁵ O ser humano não pode ser conhecido intimamente de modo objetivo, mas somente na medida em que é presença para mim, na relação eu-tu.¹⁵⁶

¹⁴⁹ HAMES, Maria de Lourdes Campos; CARRAROL, Telma Elisa; RAMAOS, Flávia Regina; THOLL, Adriana Dutra. A alteridade como critério para cuidar e educar nutrízes: reflexões filosóficas da prática. *Revista Brasileira de Enfermagem*, Brasília 2008 mar-abr; 61(2): 249-53. p. 250. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/reben/v61n2/a17v61n2.pdf>>. Acesso: 12 dez. 2013.

¹⁵⁰ MAY, 2008, p. 28.

¹⁵¹ ANATRELLA, Tony. *O amor e o preservativo*. São Paulo: Loyola, 1999. p. 69.

¹⁵² CANTALAMESSA, Raniero. *Contemplando a Trindade*. São Paulo: Loyola, 2004. p. 83.

¹⁵³ BRAKEMEIER, Gottfried. *O ser humano em busca de identidade: contribuições para uma antropologia teológica*. São Leopoldo: Sinodal, São Paulo: Paulus, 2002. p. 21.

¹⁵⁴ BRUSTOLIN, Leomar Antônio. A vida: dom e cuidado, antropologia teológica e ética do cuidado. *Teocomunicação: Revista Trimestral de Teologia*, Porto Alegre, v.36, n.152, p. 441-460, jun. 2006. p. 448.

¹⁵⁵ BRUSTOLIN, 2006, p. 448.

¹⁵⁶ BUBER, Martin. *Do diálogo e do dialógico*. São Paulo: Perspectiva, 1982. p. 147.

Por isso, o ser humano como imagem de Deus é chamado “para existir ‘para’ os outros, a tornar-se um dom, a estar em relação”.¹⁵⁷ A dinâmica da alteridade desperta nos seres humanos os aspectos essenciais da compaixão e do cuidado através de atos de dedicação, atenção, preocupação e inquietação com a vida do outro e da outra.¹⁵⁸ Teixeira comenta que

é mediante o despertar da alteridade, que nascem os gestos fundamentais de cooperação, solidariedade e amor, sem os quais o ser humano não pode se afirmar como tal. É a aceitação do outro, gratuita e sem exigências, que instaura o espaço possível da cooperação humanizadora [...]. O ser humano se afirma como tal na relação com o outro, e basta que este esteja em cena para se instaurar a dimensão ética. É esse outro que convoca o sujeito a romper com o seu ensimesmamento e dar um pouco de si na luta contra a realidade da dor no mundo.¹⁵⁹

A alteridade possibilita ver o outro e a outra não como um/a “rival” ou como um “instrumento”, mas como um/a “igual”, como “pessoa”. Por isso Agostini comenta que a alteridade “é como o ‘coração que nos mantêm vivos; é como que o sangue que precisa chegar e alimentar todo o nosso viver”.¹⁶⁰

A partir da alteridade, desconfiarmos dos padrões sociais de comportamento na medida em que fazem do “eu” (mesmice) a fonte da “verdade”, da “bondade” e da “vontade”. A partir do outro, a ética faz da escuta e do serviço à vida o modo de discernir as aspirações do outro, do oprimido, do que está “além” da mesmidade. A justiça emerge, então, como a virtude por excelência, numa consciência de que o outro tem um direito radical à vida e aos meios e bens necessários.¹⁶¹

Enfim, a alteridade rompe com os preconceitos, com as atitudes autoritárias, com as ideias de superioridade, com todas as formas de discriminação, pois ela funda-se na equidade e na afirmação da vida.¹⁶²

¹⁵⁷ CANTALAMESSA, 2004, p. 84.

¹⁵⁸ TEIXEIRA, Faustino. O desafio do ministério da alteridade. In: KONINGS, Johan (org.). *Teologia e Pastoral: homenagem ao Pe. Libanio*. São Paulo: Loyola, 2002. p. 88. (83-122)

¹⁵⁹ TEIXEIRA, 2002, p. 88-89.

¹⁶⁰ AGOSTINI, Nilo. Ética: raiz do humano, coração da sociedade. *Atualidade Teológica*, n.26, p. 217-234, 2007. p. 229.

¹⁶¹ AGOSTINI, Nilo. *Ética e evangelização: a dinâmica da alteridade na recriação da moral*. Petrópolis: Vozes, 1993. p. 45.

¹⁶² AGOSTINI, 2007, p. 229-232.

2.2.4 Uma ética do cuidado

A ética do cuidado fundamenta-se na valorização da vida e na afirmação da dignidade do ser humano. Ela nasce da responsabilidade diante do outro e da outra.¹⁶³ Castillo¹⁶⁴ escreve que a necessidade básica e primeira é a vida. O cuidado, afirma Boff, é “a base possibilitadora da existência humana”.¹⁶⁵

Sem cuidado o ser humano deixa de ser humano. Boff escreve que “se não receber cuidado, desde o nascimento até a morte, o ser humano desestrutura-se, definha, perde o sentido e morre”.¹⁶⁶ Amor e cuidado estão intrinsecamente ligados, pois quando amamos cuidados e quando cuidamos amamos. “Por isso”, diz Boff, “o *ethos* que ama se completa com o *ethos* que cuida”.¹⁶⁷

O cuidado é um ato que comporta dois aspectos integrados: atenção e dedicação às pessoas. A pessoa que sabe cuidar atenta-se às necessidades das pessoas, fazendo-se próxima delas. Este princípio é ilustrado na parábola do *bom samaritano* (Lc 10.30-37). “Próximo não é somente aquele que padece ao meu lado, mas aquele do qual me aproximo, porque sua dor me impulsiona a ajudá-lo. Da atenção ao outro nasce o compromisso da solidariedade”,¹⁶⁸ a compaixão.

Com-paixão [...] é a capacidade de com-partilhar a própria paixão com a paixão do outro. Trata-se de sair de si mesmo e de seu próprio círculo e entrar no universo do outro enquanto outro, para sofrer com ele, cuidar dele, para alegrar-se com ele e caminhar junto a ele, e para construir uma vida em sinergia e solidariedade.¹⁶⁹

Na parábola do bom samaritano Jesus responde à seguinte pergunta: “Quem é o meu próximo?” (Lc 10.29). Inicialmente podemos pensar que o “próximo” é o homem ferido a beira do caminho, no entanto, no desfecho da parábola percebemos

¹⁶³ BRUSTOLIN, 2006, p. 456.

¹⁶⁴ CASTILLO, José María. *A ética de Cristo*. São Paulo: Loyola, 2010. p. 83.

¹⁶⁵ BOFF, Leonardo. *Saber cuidar: ética do humano - compaixão pela terra*. 18. ed. Petrópolis: Vozes, 2012. p. 39.

¹⁶⁶ BOFF, 2012, p. 39.

¹⁶⁷ BOFF, 2011, p. 48.

¹⁶⁸ BRUSTOLIN, 2006, p. 457.

¹⁶⁹ BOFF, Leonardo; MUELLER, Werner. *Princípio de compaixão e cuidado*. Petrópolis: Vozes, 2001. p. 15. May escreve que “a compaixão é uma dimensão constitutiva da atuação de Jesus e das ideias bíblicas sobre Deus. Em grande parte é isso que significa uma boa ética. O bom samaritano foi bom justamente porque teve compaixão (Lc 10.25-37). Comovido, ou seja, movido pela compaixão, o samaritano agiu de forma correta. Teve capacidade de ‘empatizar’ com o homem ferido. Sua compaixão converteu-se, segundo Jesus, na conduta moral adequada a ser seguir: ‘Vá e faça o mesmo’ (Lc 10.37). A compaixão e a empatia são a coluna vertebral da experiência cristã”. MAY, 2008, p. 73.

que o “próximo” é o samaritano que encontrou o ferido e demonstrou misericórdia. Desta forma, Jesus que evidenciar que não precisamos buscar um próximo ou uma próxima para amar e cuidar, mas que venhamos a ser o próximo e a próxima que ama e cuida. Não é uma questão de *fazer*, mas de *ser*.¹⁷⁰

2.2.5 Uma ética da liberdade com responsabilidade

O ser humano como imagem e semelhança de Deus tem liberdade e, portanto, a responsabilidade de escolher entre os caminhos e opções que a vida lhe oferece. Essa autonomia é outorgada por Deus e por Ele respeitada. A autonomia do ser humano refere-se a sua “consciência de ser pessoa única, capaz de relacionar-se com Deus, com os outros e com seu ambiente”¹⁷¹ de modo responsivo e responsável. Como expressa Rangel ao dizer que “a pessoa é sujeito de direitos e deveres, exatamente porque ela pode escolher, tirar ou deixar, autocriar-se, dirigir-se para aqui ou para ali, consciente e reflexamente”.¹⁷²

May, baseando-se em Gabriel Moran, elucida que a responsabilidade compreende três momentos simultâneos: *perante*, *de* e *por*. O primeiro momento refere-se à responsabilidade *perante* algo ou alguém. O segundo momento indica a responsabilidade *de* realizar algo, como um serviço, por exemplo. O terceiro momento atenta para o ser responsável *por* uma consequência ou efeito. O *perante* para a ética cristã é chave, pois o *de* e *por* são definidos por ele. May escreve que

[...] o “perante” aponta para Deus, a realidade última, que possibilita a vida em comunidade [...]. Então o “de” indica as ações ou os comportamentos que constroem positivamente a convivência e estimulam as potencialidades de cada pessoa. O “por” indica as consequências ou efeitos, negativos ou positivos, dos comportamentos para a convivência. A responsabilidade significa responder diante de Deus e da comunidade com ações e exigências mútuas.¹⁷³

¹⁷⁰ HARRINGTON, Daniel; KEENAN, James F. *Jesus e a ética da virtude: construindo pontes entre os estudos do Novo Testamento e a teologia da moral*. São Paulo: Loyola, 2006. p. 98. Como observam Johns e White: “fazemos o que somos, e a consistência do ser traduz-se na consistência da ação”. JOHNS, Cheryl Bridges; WHITE, Vardaman W. A ética do ser: caráter, comunidade e práxis. In: PALMER, Michael. *Panorama do pensamento cristão*. Rio de Janeiro: CPAD, 2001. p. 298. (293-323)

¹⁷¹ MAY, 2008, p. 106. Santos escreve que “a obrigação moral e o ato ético não podem ser realizados sem pressupor a liberdade”. SANTOS, 2008, p. 396.

¹⁷² RANGEL, 2005, p. 10.

¹⁷³ MAY, 2008, p. 118.

Liberdade com responsabilidade significa, portanto, que devemos levar em conta o significado e as consequências dos nossos atos e determinações, respondendo por eles diante de Deus e da comunidade. Neste sentido, a responsabilidade “surge quando nos damos conta das consequências dos nossos atos sobre os outros e sobre a natureza”.¹⁷⁴ Por isso a responsabilidade manifesta o caráter ético da pessoa.¹⁷⁵

Diante disso, a partir da fundamentação exposta sobre ética cristã e profissional no capítulo inicial, e sobre o serviço de capelania universitária e parâmetros éticos para o seu desempenho no presente capítulo, o capítulo seguinte vem discutir a postura ética profissional e cristã na capelania universitária.

¹⁷⁴ BOFF, 2011, p. 52.

¹⁷⁵ BOFF, 2011, p. 53.

3 ÉTICA PROFISSIONAL, ÉTICA CRISTÃ E CAPELANIA UNIVERSITÁRIA

Como devemos proceder? Qual a postura ética que melhor pode nos encaminhar para a adequada orientação pastoral?

Quando uma instituição segue preceitos cristãos, como a Faculdade Boas Novas, a ética cristã se sobrepõe à ética profissional? Segundo Vincent, “uma profissão tem compromisso com a racionalidade, o aprendizado e a maestria em um conhecimento específico”.¹⁷⁶ Nesse sentido, um capelão numa instituição cristã tem o compromisso com o seu lugar cristão.

Porém, no caso de uma instituição de ensino, que acolhe uma comunidade multiconfessional, conflitos podem surgir, inclusive, conforme Vincent, com falta de concordância “quanto à natureza, significado e propósito do homem [...]”.¹⁷⁷ Nesses casos seriam utilizadas expressões como “julgamentos humanos sinceros” e “bom senso baseado em conhecimento”. Assim, o tema da confessionalidade¹⁷⁸ é central quando se aborda a capelania universitária.

O serviço de capelania universitária da Faculdade Boas Novas, desempenhado pelo autor da presente dissertação, corrobora os estudos realizados e contribui na discussão sobre o serviço pastoral em universidade.

3.1 Capelania Universitária da Faculdade Boas Novas

A Faculdade Boas Novas é mantida pela Fundação Evangélica Boas Novas que é “[...] fundamentada nos seus pressupostos cristãos e democráticos [...]”.¹⁷⁹ A capelania universitária, por conseguinte, também é fundamentada a partir de preceitos cristãos.

A capelania universitária da Faculdade Boas Novas é descrita como um dos órgãos de apoio administrativo pelo seu regimento. Possui autonomia para atuar

¹⁷⁶ VINCENT, Merville O. *Ética*. HENRY, Carl F. H. *Dicionário de ética cristã*. São Paulo: Cultura Cristã, 2007. p. 274.

¹⁷⁷ VINCENT, 2007, p. 275.

¹⁷⁸ Tema este que muitos profissionais de outras áreas também enfrentam. Afinal, “La ética profesional contemporánea reúne la visión y claridad éticas de los filósofos, teólogos y otros estudiosos, con la sabiduría práctica de los profesionales”. FLETCHER, D. B. *Ética Profesional*. In: ATKINSON, David J.; FIELD, David H. *Dicionário de Ética Cristiana y Teología Pastoral*. Barcelona: Clie, 2004. p.583.

¹⁷⁹ REGIMENTO da Faculdade Boas Novas de Ciências Teológicas, Sociais e Biotecnológicas. Manaus, mimeografado, s/d, Artigo 2º, p. 1.

como voz profética no âmbito de suas atividades acadêmicas e sociais. A Capelania Universitária se expressa na instituição como espaço de reflexão, na realização de atividades devocionais, como pastoral de ajuda (poimênica) e como assessora da direção em questões fundamentais em que se exige a orientação pastoral.¹⁸⁰

O serviço se estende à comunidade acadêmica, ou seja, além do corpo discente, também o docente e funcionários técnico-administrativos, já que mesmo os funcionários e profissionais da educação encontram-se imersos em situações semelhantes à de seus alunos. Muitas vezes, o corpo docente e os funcionários sentem-se incapazes de ajudá-los a transpor a dura realidade, pois eles mesmos lidam também com expectativas e dúvidas na vida e, portanto, se tornam alvos também de um cuidado emocional, afetivo e pastoral. A capelania universitária considera também o progresso dos conflitos familiares e interpessoais que tem efeito direto no campo das Instituições de Ensino.

A comunidade acadêmica se apresenta diversificada, portanto, entre alunos, professores, funcionários e familiares. Mas, também, diversificada na sua confessionalidade, ainda que a maioria das pessoas professe a fé cristã,¹⁸¹ fé esta que exige das pessoas um compromisso com as referências éticas de sua tradição religiosa. Entretanto, chegam ao serviço de capelania pessoas com situações inusitadas. Dentre elas surgem aquelas que declaram que, por conta de uma necessidade, e em nome de Deus, precisam praticar pequenos crimes que afetam a si próprios e a terceiros. Funcionando como espaço de consulta pastoral, as situações que chegam dizem respeito também a descumprimento dos votos matrimoniais (adultério), incestos, conduta inapropriada, problemas com drogas, álcool, falta de caráter, desrespeito para com o próximo.¹⁸²

A FBNCTBS instituiu, assim, seu Serviço de Capelania que proporciona momentos de reflexão e apontamentos de uma direção que poderá ser descoberta pelo próprio consulente. Desta forma, os membros da comunidade acadêmica, fim de se encontrar consigo mesma, com sua família, sua comunidade, com sua

¹⁸⁰ REGIMENTO da Faculdade Boas Novas de Ciências Teológicas, Sociais e Biotecnológicas. Manaus, mimeografado, s/d

¹⁸¹ A constatação pela maioria de confessionalidade cristã da comunidade acadêmica da Faculdade Boas Novas não tem pesquisa publicada, porém, é uma constatação do capelão universitário, autor desta dissertação.

¹⁸² As situações mencionadas surgiram ao longo do trabalho realizado na instituição.

espiritualidade e desenvolver suas potencialidades, focando suas energias em novo estilo de vida e tendo suas esperanças renovadas, neste autodescobrimento.

3.2 Confiança e sigilo

A preocupação ética fica evidenciada na descrição do serviço da capelania, como sendo aquele “[...] muito mais voltado a ouvir as pessoas em suas angústias, nas suas aflições, nas suas crises existenciais, e muitas vezes, nas suas confissões.”¹⁸³ Por isso, o sigilo por parte do capelão é norma e deve ser guardado de todas as relações estabelecidas com o aluno e sua família. “A Faculdade Boas Novas não permite e nem admite capelão que tratem das questões de capelania com outras pessoas não capelães. O sigilo por parte do capelão é a sua credencial mais poderosa para o êxito da sua profissão.”¹⁸⁴

O capelão universitário precisa ser de total confiança para que se possa estabelecer credibilidade de maneira que as pessoas estejam à vontade para apresentar as suas dificuldades, acreditando que a conversa se restringe ao gabinete do capelão. Sobre este ponto o regimento aborda a questão fundamental da confidencialidade. Trata-se de um ponto central que diz “respeito à definição de limites para proteger as informações reveladas e à preservação desses limites”.¹⁸⁵ Apesar das dificuldades, em muitas vezes, de definir o que deve ser mantido em sigilo, a confidencialidade é uma exigência obrigatória da ética pastoral.¹⁸⁶ Luís Silvério comenta que “o sigilo é um aspecto imprescindível com vistas ao aconselhamento que de fato ajude o outro no crescimento rumo à maturidade”, para isto, “o conselheiro, assume perante aqueles que o procuram o compromisso de que o que está sendo tratado naquela relação é de estrito conhecimento de ambos”.¹⁸⁷

A confidencialidade deve abranger não apenas o aconselhamento pastoral, mas toda a conduta pastoral. Josias Pereira assevera que “quando alguém revela algo de si ou de outra pessoa, devemos manter completo sigilo, independentemente do pedido de quem está falando”. Ele acrescenta que “no desempenho de nossa

¹⁸³ REGIMENTO, Artigo 37, p. 11.

¹⁸⁴ REGIMENTO, Artigo 37, p. 11.

¹⁸⁵ CARTER; TRULL, 2010, p. 125.

¹⁸⁶ CARTER; TRULL, 2010, p. 125; SATHLER-ROSA, 2008, p. 12.

¹⁸⁷ SILVÉRIO, Luís Gonçalo. Poder pastoral, ética e limites. In: KOHL, Manfred Waldemar; BARRO, Antonio Carlos. *Aconselhamento cristão transformador*. Londrina: Descoberta, 2006. p. 106. (83-108)

função pastoral devemos entender que qualquer revelação feita a nós, subentende-se que é sigilosa”.¹⁸⁸

No entanto, precisamos perguntar se a confidencialidade é um princípio absoluto ou se existem ocasiões em que ela deve ser relativizada. A seguinte pergunta serve para ilustrar a questão: o que deve ser feito se numa determinada situação o bem estar do/a aconselhando/a ou de outra pessoa está em risco?¹⁸⁹

Vincent defende que para manter a confiabilidade, “as profissões possuem códigos de ética e de autodisciplina. Uma profissão implica ideologia de serviço. Uma relação profissional deveria ser baseada em confiança mútua”.¹⁹⁰ Mas, e quando o sigilo afeta a comunidade em geral? Fletcher indaga nesse sentido: “Hay circunstancias en las que el interés por el bien público pese más que la lealtad por el cliente, como cuando los ingenieros informan a las autoridades de un proyecto público de riesgo?”¹⁹¹

E, quando, um membro da comunidade escolar confessa para o capelão um caso de crime (um assassinato)? Além de ser um ato contrário aos mandamentos de Deus (não matarás), e do indivíduo ser passível de condenação pela sociedade, ele representa um perigo para a comunidade escolar como um todo. Como age o capelão? Tal dilema leva a outro confronto: as obrigações morais profissionais por um lado (o sigilo de um crime) e as convicções éticas pessoais e cristãs (contra o crime e o criminoso).

Vincent¹⁹² aponta que as preocupações éticas não devem ser confinadas a pacientes individuais. Num caso hipotético de aborto, por exemplo, além da aflição pessoal, que consequências há nesse ato para a comunidade em geral? Ou seja, a preocupação ética é para com o indivíduo aflito, sua relação com a comunidade, e as consequências do ato para a comunidade em geral.

O capelão, que segue os preceitos cristãos, portanto, como um profissional cristão, há que entender sua profissão como uma oportunidade de servir aos outros com amor e como uma extensão do ministério de Cristo. Assim, a função do capelão em situações como as descritas exige a habilidade de fazer o indivíduo arrepende-

¹⁸⁸ PEREIRA, Josias. Ética na vivência pastoral. *Revista Caminhando*, vol . 9, n . 2 [14] , p . 66 -76, ago./dez. 2004. p. 73. Disponível em: <<https://www.metodista.br/revistas/revistas-ims/index.php/CA/article/viewFile/1377/1401>>. Acesso em:

¹⁸⁹ COLLINS, 2004, p. 39.

¹⁹⁰ VINCENT, 2007, p. 274-275.

¹⁹¹ FLETCHER, 2004, 584.

¹⁹² VINCENT, 2007, p. 275s.

se da sua condição e situação a fim de que haja justiça, para o bem coletivo, levando a uma paz individual e reconciliação consigo mesmo e com Deus.

A ética médica vem, nesse sentido, dar uma luz à ética na capelania universitária. O médico tem um compromisso com o bem-estar dos pacientes, compromisso ético esse que está acima de interesses pessoais ou financeiros do profissional da saúde. No entanto, segundo Vincent, a especialização médica levou a um aprofundamento no tratamento das doenças, esquecendo da pessoa como um todo. “Isso provocou a fragmentação dos tratamentos e a alienação dos pacientes”.¹⁹³

O capelão não enxerga somente o delito em sigilo, mas a pessoa como um todo, como aquela que é filho de Deus, que está em aflição e necessita ser orientada para reencontrar-se consigo mesma e com Deus. É nesse momento que a comunicação e a interação interpessoal se mostram importantes.

3.3 Fundamentos práticos da capelania universitária: comunicação e interação interpessoal

O regimento da Faculdade Boas Novas destaca que o exercício da capelania consiste “em muita comunicação e interação pessoal entre pessoas [...]”.¹⁹⁴ A comunicação e a relação interpessoal são aspectos imprescindíveis para a capelania escolar e para o aconselhamento pastoral. Por isso Howard Clinebell comenta que “as aptidões de poimênica são, basicamente, aptidões em *comunicar-se* e *relacionar-se* de maneiras que estimulem crescimento”.¹⁹⁵

A comunicação, afirma Lothar Hoch, “é uma necessidade constitutiva da condição humana. O ser humano aninha no seu interior uma estrutura feita para a comunicação, para o diálogo”.¹⁹⁶ A comunicação é algo intrínseco ao ser humano e imprescindível à sua vivência comunitária.¹⁹⁷ Por isso Maria Júlia da Silva diz que “o

¹⁹³ VINCENT, 2007, p. 275.

¹⁹⁴ REGIMENTO, Artigo 37, p. 11.

¹⁹⁵ CLINEBELL, Howard J. *Aconselhamento pastoral: modelo centrado em libertação e crescimento*. 4. ed. São Leopoldo: EST, Sinodal, 2007. p. 47. Grifo meu.

¹⁹⁶ HOCH, Lothar Carlos. A comunicação como chave do aconselhamento pastoral. In: HOCH, Lothar Carlos; NOÉ, Sidnei Vilmar. *Comunidade terapêutica: cuidando do ser através de relações de ajuda*. São Leopoldo: Escola Superior de Teologia, Sinodal, 2003. p. 96. (96-106).

¹⁹⁷ KRAUSE, Renilda. *Aconselhamento pastoral por meio do telefone: uma possibilidade para a Igreja no contexto urbano*. São Leopoldo, 2006. 115 f. p. 22.

existir do homem [ser humano] só é possível por meio da comunicação”.¹⁹⁸ Da Silva prossegue dizendo que

[...] as finalidades básicas da comunicação são *entender* o mundo, *relacionar-se* com os outros e *transformar* a si mesmo e a realidade. A comunicação é, antes de mais nada, um ato criativo. Não existe apenas um agente emissor e um receptor, mas troca entre pessoas, formando um sistema de interação e reação, ou seja, um processo recíproco que provoca, a curto ou longo prazo, mudanças na forma de sentir, pensar e atuar dos envolvidos.¹⁹⁹

A comunicação possibilita a interação interpessoal, pois ela representa: a) um movimento em direção a outros seres humanos; b) constitui o dialogar e se comportar de tal maneira que a vida de uma pessoa é enfocada e direcionada ao relacionamento; c) realizada de modo eficaz, ela origina interação movendo as pessoas em “direção à amizade e a intimidade”.²⁰⁰

A comunicação ocorre através da linguagem verbal e não verbal²⁰¹ e por meio do que Dieter Jagnow denomina de “contextos de comunicação”. Jagnow apresenta cinco contextos de comunicação: contexto intrapessoal, contexto interpessoal, contexto grupal, contexto público e contexto de massa.²⁰² Em relação à capelania escolar, os contextos de comunicação utilizados são, fundamentalmente, os contextos interpessoal, grupal e público.

O contexto de comunicação interpessoal é, fundamentalmente, a situação na qual se realiza o aconselhamento pastoral. Hoch escreve que “o aconselhamento pastoral vive da comunicação interpessoal”.²⁰³ Este tipo de comunicação, que envolve apenas duas pessoas, ocorre quando uma pessoa encontra-se ligada a outra em um acontecimento ou relacionamento comunicativo, que pode ser uma breve conversa ou um diálogo mais extenso.²⁰⁴

Além da comunicação, o regimento da Faculdade Boas Novas destaca a “interação pessoal”. Como vimos anteriormente, o ser humano é um ser criado para as relações interpessoais, para estar em relação. Assim sendo, ao fazer uso da

¹⁹⁸ SILVA, Maria Júlia Paes da. *Comunicação tem remédio: a comunicação nas relações interpessoais em saúde*. São Paulo: Loyola, 2006. p. 21.

¹⁹⁹ SILVA, 2006, p. 23-24.

²⁰⁰ JAGNOW, Dieter Joel. *O diálogo pastoral: princípios de comunicação no aconselhamento cristão*. Porto Alegre: Concórdia, 2003. p. 55

²⁰¹ SILVA, 2006, p. 28.

²⁰² JAGNOW, 2003, p. 44-49.

²⁰³ HOCH, 2003, p. 98.

²⁰⁴ JAGNOW, 2003, p. 46, nota 14.

comunicação e da relação interpessoal, a capelania universitária está se utilizando de dois elementos intrínsecos à natureza humana que possibilitam a existência e a vivência em comunidade. Em outros termos, a comunicação e a relação interpessoal são *conditio sine qua non* para exercício da capelania universitária.

A qualidade da comunicação e da relação interpessoal do capelão e da capelã com as pessoas sob sua responsabilidade determinarão em grande medida a eficácia e a relevância da capelania universitária.²⁰⁵ Os elementos destacados anteriormente da ética do amor, da ética comunitária, da ética alteridade, da ética do cuidado e da ética da liberdade com responsabilidade devem fundamentar a atuação do capelão e da capelã. Em outras palavras, estes elementos da ética cristã nortearão a práxis da capelania universitária.

A comunicação e a relação interpessoal levam para uma decisão em conjunto com o indivíduo, deixando de lado aquilo que Fletcher chama de paternalismo: “[...] tradicionalmente, em algunas profesiones, el profesional se reserva el derecho de decidir en interés del cliente, sin obtener la participación plena e informada del mismo, [...]”.²⁰⁶

O regimento ainda prevê, de modo bastante óbvio, que as relações interpessoais ocorrerão entre pessoas do mesmo sexo e de sexos diferentes. Este aspecto nos encaminha para o próximo ponto, pois as relações interpessoais do capelão e da capelã com as pessoas sob sua responsabilidade apresentam limites e responsabilidades, que quando desconsiderados apresentam resultados lesivos a nível pessoal, familiar e comunitário.

3.4 A capelania escolar e seus limites nas relações interpessoais

O regimento prossegue afirmando que “poderá haver um interesse maior na relação pessoal que não pertença à área de capelania”.²⁰⁷ A possibilidade deste “interesse maior” é vista como “danosa” e “reprovável”. Segundo o regimento, o capelão e a capelã devem ser pessoas imunes a este “tipo de problema, procurando policiar-se”. O regimento antevê a possibilidade de demissão no caso de “interesse maior” entre o capelão ou capelã com alguma pessoa sob sua responsabilidade.

²⁰⁵ HOCH, 2003, p. 98.

²⁰⁶ FLETCHER, 2004, p. 583.

²⁰⁷ REGIMENTO, Artigo 37, p. 11.

O regimento não define o que é o “interesse maior”, apenas observa, em termos genéricos, que se refere a qualquer relação que “não pertença à área da capelania”. O capelão e a capelã se tornam próximos das pessoas, especialmente aquelas que procuram por aconselhamento pastoral. Vimos anteriormente que a interação interpessoal, possibilitada pela comunicação, pode originar amizade e intimidade.

Por isso Gary Collins comenta que “o aconselhamento geralmente envolve a discussão de detalhes íntimos que jamais seriam abordados em outro contexto, principalmente entre um homem e uma mulher que não são casados um com o outro”, acrescentando que “isto pode ser sexualmente excitante para ambos”.²⁰⁸ Em outros termos, o aconselhamento pastoral pode originar uma intimidade entre conselheiro/a e aconselhando/a que transponha os limites da poimênica, configurando assédio sexual.

Como nos lembra Richard Gula, os ministros e as ministras pastorais não são pessoas assexuadas,²⁰⁹ o que significa que podem verdadeiramente ter um interesse maior, ou seja, de natureza sexual pelo/a aconselhando/a. Gula comenta que “a vulnerabilidade específica das pessoas que procuram o serviço pastoral requer que o ministro pastoral tenha somente uma preocupação – ir ao encontro das necessidades do outro no campo da assistência ministerial”.²¹⁰

Deste modo, combinar a agenda sexual pessoal com o trabalho profissional significa atravessar a fronteira ética rumo ao comportamento antiético. Gula escreve que “a maior carga de responsabilidade para manter a fronteira [sexual] pertence ao ministro, a despeito de algumas atitudes sugestivas ou pedidos explícitos de quem procura o serviço pastoral”.²¹¹

Conforme Collins, “sentir atração sexual por um aconselhando é comum, e um conselheiro sensato deve fazer de tudo para manter o autocontrole”.²¹² O perigo de envolvimento sexual cresce ainda mais se: a) o/a aconselhando/a é atraente e/ou sedutor/a; b) as necessidades emocionais e sexuais do/a conselheiro/a não estão sendo preenchidas em outra relação; c) o/a aconselhando/a dá sinais de que

²⁰⁸ COLLINS, Gary R. *Aconselhamento cristão*: edição século 21. São Paulo: Vida Nova, 2004. p. 35.

²⁰⁹ GULA, Richard M. *Ética no ministério pastoral*. São Paulo: Loyola, 2001. p. 112.

²¹⁰ GULA, 2001, p. 111.

²¹¹ GULA, 2001, p. 111.

²¹² COLLINS, 2004, p. 35.

realmente precisa do/a conselheiro/a, e d) o/a aconselhando/a envolve discussões detalhadas a respeito de assunto sexualmente excitante.²¹³

Stanley Grenz e Roy Bell indicam seis sinais de perigo que alertam que o/a pastor/a (o que cabe também para o capelão e a capelã) está passando dos limites:

1. As conversas se tornam cada vez mais pessoais e o/a pastor/a fala mais do que deve a respeito de si.
2. O contato físico do/a pastor/a passa das formas apropriadas de cumprimento para toques e abraços inapropriados.
3. O/A pastor/a tem fantasias sobre um relacionamento sexual com alguém da universidade.
4. O/A pastor/a se oferece para dar carona a essa pessoa.
5. O/A pastor/a marca encontros com essa pessoa fora do horário normal de aconselhamento.
6. O/A pastor/a esconde cada vez mais seus sentimentos pela pessoa e oculta seus encontros com ela/e de todos a quem presta contas, especialmente da/o esposa/o.²¹⁴

O regimento da Faculdade Boas Novas orienta que o capelão e a capelã devem “policar-se”, ou seja, estar em alerta em relação aos sinais que podem indicar a impossibilidade de continuar o atendimento diante da possibilidade de ultrapassar as fronteiras éticas do atendimento. É importante que o capelão e a capelã compreendam que em determinadas situações talvez não haja condições de acompanhar a pessoa que o procura. O capelão e a capelã precisam reconhecer que são seres humanos, por conseguinte, sujeitos a interesses interpessoais que não pertençam à capelania em relação às pessoas sob os seus cuidados. Isto não significa que o capelão e a capelã precisem ser profissionais estoicamente clínicos que sigam uma postura “estéril e hospitalar”²¹⁵ nas suas relações interpessoais, mas que reconheçam quando “o envolvimento conselheiro-aconselhando deixou de ser uma relação profissional”.

²¹³ COLLINS, 2004, p. 35.

²¹⁴ GRENZ; BELL *apud* ARTER, James E.; TRULL, Joe E. *Ética ministerial: um guia para a formação moral de líderes cristãos*. São Paulo, SP: Vida Nova, 2010. p. 217. Para outros sinais de alerta, cf. COLLINS, 2004, p. 36.

²¹⁵ ADAMS, Jay E. *Conselheiro capaz*. São Paulo: Fiel, 1977. p. 65-66.

3.5 A capelania universitária e sua função poimênica

Neste momento chegamos ao elemento central do regimento. Ele afirma que a capela universitária “é um serviço muito mais voltado a ouvir as pessoas em suas angústias, nas suas aflições, nas suas crises existenciais, e muitas vezes, nas suas confissões”.²¹⁶ Em outras palavras, o regimento assevera que a função essencial da capelania escolar é a poimênica e o aconselhamento pastoral.

Christoph Schneider-Harpprecht define poimênica como “o ministério de ajuda da comunidade cristã para os seus membros e para outras pessoas que a procuram na área da saúde através da convivência diária no contexto da Igreja”, e o aconselhamento pastoral “como uma dimensão da poimênica que procura ajudar através da conversação e outras formas de comunicação metodologicamente refletidas”.²¹⁷

Segundo Collins, o aconselhamento pastoral é uma área especializada do cuidado pastoral, “que se dedica a ajudar indivíduos, famílias ou grupos a lidarem com as pressões e crises da vida”.²¹⁸ No livro “A árvore da cura”, Roger Hurdling define aconselhamento (pastoral) como “uma atividade com o objetivo de ajudar aos outros em todo e qualquer aspecto da vida, dentro de um relacionamento de cuidado”.²¹⁹

Na definição de Hurdling compreendemos que o aconselhamento pastoral apresenta três características. Em primeiro lugar, a finalidade do aconselhamento pastoral é ajudar as pessoas. Ronaldo Sathler-Rosa, baseando-se em Wayne Oates, sublinha que os objetivos essenciais do aconselhamento pastoral são: “facilitar e agilizar o crescimento da personalidade; ajudar as pessoas a modificarem padrões de vida com os quais estão insatisfeitos e oferecer companheirismo para quem estiver enfrentando crise”.²²⁰ Collins escreve que

objetivo do aconselhamento é dar estímulo e orientação às pessoas que estão enfrentando perdas, decisões difíceis ou desapontamentos. O

²¹⁶ REGIMENTO, Artigo 37, p. 11.

²¹⁷ SCHNEIDER-HARPPRECHT, Christoph. Aconselhamento pastoral. In: SCHNEIDER-HARPPRECHT, Christoph (org.). *Teologia prática no contexto da América Latina*. 2. ed. São Leopoldo: Sinodal, São Paulo, SP: ASTE, 1998. p. 291-292. (291-319)

²¹⁸ COLLINS, 2004, p. 17.

²¹⁹ HURDLING, Roger F. *A árvore da cura: modelos de aconselhamento e de psicoterapia*. São Paulo: Vida Nova, 1995. p. 36.

²²⁰ SATHLER-ROSA, Ronaldo. Aconselhamento pastoral. In: BORTOLLETO FILHO, Fernando (org.). *Dicionário Brasileiro de Teologia*. São Paulo: ASTE, 2008. p. 11. (10-12)

processo de aconselhamento pode estimular o desenvolvimento sadio da personalidade; ajudar pessoas a enfrentar melhor dificuldades da vida, os conflitos interiores e os bloqueios emocionais; auxiliar os indivíduos, famílias e casais a resolver conflitos gerados por tensões interpessoais, melhorando a qualidade de seus relacionamentos; e, finalmente, ajudar as pessoas que apresentam padrões de comportamento autodestrutivos ou depressivos a mudar de vida. [...] O objetivo final [do aconselhamento pastoral] é que os aconselhados cheguem à cura, aprendam a lidar com situações semelhantes e experimentem crescimento espiritual²²¹

Em segundo lugar, conforme Hurding, o aconselhamento pastoral objetiva ajudar as pessoas “em todo e qualquer aspecto da vida”. Para o referido autor a presente expressão refere-se aos aspectos da vida interior, isto é, as dimensões emocionais, volitivas, comportamentais, racionais, psicológicas ou espirituais do ser humano. Além disso, prossegue o autor, “essa mudança construtiva terá elementos comportamentais bem como a possibilidade de melhoras nas áreas físicas, relacional e social”.²²²

A última expressão de Hurding, “dentro de um relacionamento de cuidado”, significa que o ouvir e o conversar “conduzem inevitavelmente a algum nível de relacionamento entre conselheiro e cliente. [...] isso implica certo grau de compromisso de ambos os lados”.²²³

Enfim, a capelania universitária tem na poimênica um ministério de ajuda, para usar as palavras de Christoph Schneider-Harpprecht, numa relação de conversação, de ouvir e aconselhar.

²²¹ COLLINS, 2004, p. 17.

²²² HURDING, 1995, p. 37.

²²³ HURDING, 1995, p. 38.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A ética é uma dimensão fundamental nas relações humanas, independente de profissões, e deveria estar presente em todos os tipos de relações, inclusive com o meio ambiente, ou seja, em todas as esferas da vida do ser humano. A contínua reflexão no âmbito da ética faz com que as pessoas entendam os padrões determinados num dado contexto, suas formas de operação, bem como a necessidade de reavaliar determinadas questões.

Na capelania universitária, ou seja, na comunidade universitária (professores, alunos, funcionários e familiares), a ética também é essencial. Há que se considerar, no entanto, as particularidades da comunidade acadêmica. São membros que buscam objetivos similares, ainda que em áreas diferentes, e convivem, na sua maioria, durante um período da sua vida e depois seguem por outros caminhos.

Nesse sentido, o convívio também faz parte do aprendizado e a capelania participa neste processo de aprendizado. Como se trata de um período fundamentalmente de formação intelectual, as relações pessoais têm, no serviço da capelania, ponto de apoio e que influenciará na formação do ser humano para além da formação acadêmica. A responsabilidade da capelania universitária toma, assim, grandes proporções, já que faz parte da vida do membro da comunidade acadêmica.

Outra particularidade da comunidade acadêmica é a multiplicidade de confessionalidade entre os seus membros. Trata-se, assim, de um serviço essencialmente ecumênico, ainda que a instituição de ensino seja confessional, como no caso da Faculdade Boas Novas.

O compromisso do capelão é para com a sua comunidade, seguindo os preceitos da confessionalidade da instituição, quando for o caso, mas sempre pautado também pelo código de ética próprio da instituição. O referido código pretende ser uma orientação profissional, tanto para o capelão, como para professores e funcionários em geral, que possibilita cada qual atuar na sua área com responsabilidade.

Os fundamentos para atuação do capelão, com base na ética cristã, apresentados no segundo capítulo, ainda que, denominados “cristãos”, podem ser considerados aplicáveis a contexto diversos. Assim, a ética profissional enquanto orientação à práxis profissional, ainda que não expresse, possui similaridades e

aproximações com fundamentos cristãos. A ética do amor, comunitária, da alteridade, do cuidado, da liberdade com responsabilidade, enfim, que fundamentem a conduta cristã, são, na sua essência, princípios éticos compartilhados por diversas expressões religiosas e mesmo não religiosas e que conduzem o exercício profissional.

Assim, o capelão universitário tem sua atuação e postura conduzidas pela ética cristã. O uso direto da Bíblia no aconselhamento se fará importante quando houver abertura para tal; do contrário, o seu uso se dá de forma indireta, ou seja, sem mencionar explicitamente, mas cujo espírito está presente. Os sentimentos do amor, de comunidade, da alteridade, do cuidado, enfim, permeiam as condutas éticas de forma geral.

Imprescindível para o bom exercício do serviço da capelania é conquistar a confiança da comunidade. O capelão deve não apenas se mostrar confiável, mas ser confiável. Para tanto, o sigilo, conforme exposto, é fundamental. Os assuntos são pessoais, e como tais, interessam somente ao indivíduo. Referem-se aos aspectos da vida interior. Por outro lado, o sigilo não pode significar cumplicidade em caso de delitos, por exemplo. Fazer o outro reconhecer que é um ser humano, que é falho e suscetível ao pecado, faz parte do aconselhamento.

Assim, o capelão é um instrumento para ajudar da melhor maneira possível. Essa ajuda não significa, necessariamente, ter uma resposta ou uma solução. Mas apenas o ato de “ouvir” é suficiente. A função essencial da capelania escolar é a poimênica e o aconselhamento pastoral. Capelania universitária, com uma função poimênica, converte-se em um ministério de ajuda e cuidado pastoral. A comunicação e o diálogo são as ferramentas essenciais nessa relação interpessoal. Relação essa de cunho profissional, cujos interesses pessoais do capelão que não pertençam à capelania em relação às pessoas sob os seus cuidados não devem ser confundidos ou misturados.

Enfim, as referências consultadas e a vivência como capelão universitário na Faculdade Boas Novas permitem afirmar que a capelania universitária em seu serviço vem a ser o ouvido e a palavra de conforto. Não é cúmplice, é orientação individual, para o bem estar individual, de acordo com os preceitos éticos que regem a conduta dos indivíduos nas suas relações.

REFERÊNCIAS

- ABBAGNANO, Nicola. *Dicionário de Filosofia*. São Paulo: Martins Fontes, 2007.
- ADAMS, Jay E. *Conselheiro capaz*. São Paulo: Fiel, 1982.
- ADRIANO, José. A caridade e a ética da vida. *Revista de Cultura Teológica*, Vol./No. 35, p. 37-59, 2001.
- AGOSTINI, Nilo. Correntes fundamentais da ética contemporânea. In: Manfredo A. de Oliveira (org.). *Atualidade Teológica*, n. 12, p. 405-406, 2002.
- _____. Ética: o resgate do "humano". *Grande Sinal*, Vol./No. 48/5, p. 545-571, 1994.
- _____. Ética: raiz do humano, coração da sociedade. *Atualidade Teológica*, n. 26, p. 217-234, 2007.
- AHLERT, Alvori. Educação, ética e cidadania em Johann Amos Comenius: aproximações com Paulo Freire. *Estudos Teológicos*, São Leopoldo, v. 46, n. 2, p. 84-94, dez. 2006.
- ANJOS, Márcio Fabri dos. Violência e ética: esboço de introdução a seus desafios sociais. *Revista de Cultura Teológica*, São Paulo: 2002-. N.40, p.75-88, 2002.
- ANSELM, Reiner. Distinguir e decidir: quanto à tarefa da ética luterana hoje. In: *Identidade evangélico-Luterana e ética*. São Leopoldo: Escola Superior de Teologia, 2005 p. 104-114.
- ARAUJO, Frederico Guilherme Bandeira de. (Re) pensando ética e política. *Proposta*, n. 91, p. 26-33, 2001/02.
- BARRIENTOS, Alberto. *Trabalho pastoral: princípios e alternativas*. [s.l.]: United Press, 1999.
- BESSEL, Arno. Ministério de Capelania Escolar. *Vox Concordiana*, Vol./No. 13/1 , p. 54-56, 1998.
- _____. Ministério de capelania escolar: oportunizando o acesso de pessoas a Deus. *Vox Concordiana*, Vol./No. 15/2, p. 5-11, 2000.
- BINGEMER, Maria Clara Lucchetti. A dimensão ética da pastoral: o exercício do discernimento. *Tempo e Presença*, Vol./No. 263, p. 16-17, 1992.
- BISSIO, Beatriz. Devemos construir uma modernidade ética no Brasil. *Cadernos do Terceiro Mundo*, Vol./No. 196, p. 16-20, 1996.

- BOFF, Leonardo. *Ética e Moral: a busca dos fundamentos*. 7. ed. Petrópolis: Vozes, 2011.
- BOITIER, Miguel A. A utopia ética: universidade e sociedade. *Estudos Leopoldenses - Educação*, Vol./No. 2/3 , p. 37-45, 1998.
- BONHOEFFER, Dietrich. *Ética*. 9. ed. São Leopoldo: Sinodal/EST, 2009.
- BOTO, Carlota. Por uma ética em profissão: rumo a uma nova paideia, *Interface, Comunic, Saúde, Educ*, v.6, n.10, p.9-26, 2002. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/icse/v6n10/02.pdf>. Acesso em 30 nov. 2013.
- BRANDENBURG, Laude Erandi; APPELT, Fernanda Desbesel. Identidade confessional e o respeito às diferenças na escola In: *Identidade evangélico-Luterana e ética*. São Leopoldo : Escola Superior de Teologia, 2005 p. 157-163.
- CAHILL, Lisa Sowle. Teologia cristã e ética. *Concilium*, Petrópolis, n.329, p. 81-91, 2009.
- CAMACHO, Ildfonso. Atividade humana e trabalho na sociedade moderna: uma aproximação ética. *Perspectiva Teológica*, Vol./No. 25/65, p. 45-62, 1993.
- CÂMARA, Uipirangi Franklin da Silva. A ética da responsabilidade de Bonhoeffer: o desafio de encarar as demandas éticas do mundo moderno. *Via Teológica*, Curitiba, n. 8, p. 51-71, dez. 2003.
- CARDOSO, Luis de Souza. Apontamentos sobre pastoral e capelania em escolas metodistas. *Revista de Educação do COGEIME*, n. 21, p. 113-123, 2002.
- CLINEBEL, Howard. *Aconselhamento Pastoral: modelo centrado em libertação e crescimento*. 4. ed. São Leopoldo: Sinodal/EST, 1987.
- COLLINS, Gary R. *Aconselhamento cristão*. Edição século 21. São Paulo: Vida Nova, 2004.
- CORTINA, Adela; MARTÍNEZ, Emilio. *Ética*. São Paulo: Loyola, 2005.
- CRABB JR, Lawrence J. *Princípios básicos de aconselhamento bíblico*. Brasília: Refúgio, 1984.
- CRUZ, Carlos Henrique Carrilho. Ética e participação. *Revista de Educação AEC*, n. 125, p. 69-80, 2002.
- DUTRA, Carlos Rodrigo. Reflexão ética sobre os direitos humanos. *Cadernos da ESTEF*, Vol./No. 23, p. 66-72, 1999.
- FABER, Heije. *A prática da conversação pastoral*. São Leopoldo: Sinodal, 1978.
- FIORENZA, Francis Schüssler. O desafio do pluralismo e da globalização à reflexão ética. *Concilium - Revista Internacional de Teologia*, Vol./No. 292, p. 79-96, 2001.

FLETCHER, D. B. Ética Profissional. In: ATKINSON, David J.; FIELD, David H. *Dicionário de Ética Cristiana y Teología Pastoral*. Barcelona: Clie, 2004.

GARCIA-MARZÁ, Domingo. Dimensão ética da confiança. In: ID. *Ética empresarial. Do diálogo à confiança na empresa*. São Leopoldo; Pelotas: UNISINOS; EDUCAT, 2008.

GAZIAUX, Eric. A violência: percurso de ética fundamental. *Revista de Cultura Teológica*, São Paulo: 2004. N. 46, p. 9-34, 2004.

GONÇALVES FILHO, Tarcizo. Crise de valores, da moral e da ética no contexto atual. *Diálogo*, Vol./No. 4, p. 5-10, 1996.

HECK, José N. Da teoria e da prática do bem: uma abordagem filosófica do clamor por mais ética na política. *Síntese*, Vol./No. 22/70, p. 351-365, 1995.

HAERING, Bernhard; SALVOLDI, Valentino. *Tolerância: por uma ética de solidariedade e de paz*. São Paulo: Paulinas, 1995.

HIERRO, Graciela. *Epistemología, ética y género*. Disponível em: http://www.google.com.br/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=1&ved=0CC4QFjAA&url=http%3A%2F%2Fdisciplinas.stoa.usp.br%2Fmod%2Fresource%2Fview.php%3Fid%3D64357&ei=sWnBUpeaAojNkQfpkoDoDQ&usg=AFQjCNEqDDO_Mp_2s6a3BYI9V2oBJ9SQRg&sig2=FQ4d54YPXr9y15xfe6_uOw&bvm=bv.58187178,d.cWc. Acesso em 30 nov. 2013.

HOFF, Paul. *Pastor como conselheiro*. São Paulo: Vida, 2002.

KESSLER, Nemuel. *Ética pastoral*. Rio de Janeiro: CPAD, 2002.

KLEINFELD, Annette. Identidade empresarial através de orientação ética. *Concilium*, Vol./No. 285, p. 43-55, 2000.

KOHL, Manfred Waldemar. *Aconselhamento Cristão transformador*. Londrina: Descoberta, 2006.

KÜNG, Hans. Empresas globalizadas e Ética Global. *Concilium: Revista Internacional de Teologia*, Vol./No. 292, p. 97-120, 2001.

LEÓN, Jorge A. *Psicología Pastoral Para Todos Los Cristianos*. Miami: Editorial Caribe, 1986.

LIMA, Luciano Castro. Disciplina e ética: mudança e permanência frente às atuais transformações sociais. *Revista de Educação AEC*, Vol./No. 103, p. 41-64, 1997.

MACK, Wayne. *Tarefas práticas para o uso no aconselhamento bíblico*. São Paulo: Fiel, 1986.

MALUSÁ, Silvana. O docente, o sistema socioeconômico atual, a ética e os desafios à educação. *Revista do Cogeime*, Vol./No.18, p. 25-35, 2001.

MARIA, Joaquim Parron. *Ética pedagógica na universidade*. Cultura Vozes, Vol./No. 89/6, p. 57-72, 1995.

MARIN, Darci Luiz. Educação para a ética cristã. *Vida Pastoral*, Vol./No. 200, p. 2-6, 1998.

MARTINS, F. *Ofício de presbítero* (origens, história, evolução e funções). São Paulo: Casa Editora Presbiteriana, s.d.

MATOS, Junot Cornélio. Ética: inspiração para o pensar e o agir educativo. *Revista de Educação AEC*, n. 125, p. 30-37, 2002.

MAY, Roy H. *Discernimento moral: uma introdução a ética cristã*. São Leopoldo: Sinodal/EST, 2008.

MÍGUEZ BONINO, José. Desafio da formação ética para as Instituições Metodistas em relação ao próximo milênio. *Revista do Cogeime*, Vol./No. 15, p. 83-98, 1999.

NASCIMENTO, Amós. De volta para a comunidade: considerando a moral da ética comunitarista. *Simpósio*, Vol./No. 38, p. 131-144, 1995.

NEDEL, José. Hans Jonas: ética da responsabilidade. *Cultura e Fé*, Vol./No. 92, p. 19-36, 2001.

OLIVEIRA, Josué A. de. *A excelência do ministério*. São Paulo: Casa Editora Presbiteriana, 1983.

OLIVERIA, Manfredo A. (Org.). *Correntes fundamentais da ética contemporânea*. Petrópolis: Vozes, 2000.

OTTAVIANI, Edécio Serafim. Desafios à ética cristã. *Revista de Cultura Teológica*, Vol./No. 31, p. 65-77, 2000.

_____. Ser ou não ser ético, eis a questão. Ética comunitária e resgate da cidadania. *Revista de Cultura Teológica*, São Paulo: 2002-. N. 41, p.21-30, 2002.

PADILLA, Carlos René. Em busca de uma ética política evangélica. *Boletim Teológico*, Vol./No. 18, p. 43-61, 1992.

PAIER, Lurdes; ÁSCOLI, Valéria; GONÇALVES, Ody. Ética a serviço da vida. *Diálogo*, Vol./No. 4, p. 52-56, 1996.

PARADIS, André. Ética e crises sociais na sociedade contemporânea. *Religião e Sociedade*, Vol./No. 16/3, p. 94-103, 1994.

PAULY, Evaldo Luis. As possibilidades de uma ética cidadã a partir do mundo do trabalho: as fundamentações absolutas da liberdade em Lutero e Kant. *Estudos Teológicos*, Vol./No. 40/3, p. 61-73, 2000.

PESSIN, Leo; MILDNER, João Inácio. O perfil do capelão e a missão capelania hospitalar. *REB*, Vol./No. 52/206, p. 413-418, 1992.

PINHEIRO, Patrícia Neyva da Costa; MARQUES, Maria de Fátima Cardoso; BARROSO, Maria Grasiela Teixeira. Ética na formação profissional: uma reflexão. *Esc. Anna Nery*, Rio de Janeiro, v. 10, n. 1, abr. 2006. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-81452006000100015&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em 30 dez. 2013.

RAMOS, Diógenes Braga. A ética cristã e sua perspectiva social. *Via Teológica*, Curitiba, v. 1, n. 15, p. 25-36, jun. 2007.

RANGEL, Paschoal. Ética fundada na pessoa humana. *Atualização*, n. 312, p. 3-18, 2005.

REGIMENTO da Faculdade Boas Novas de Ciências Teológicas, Sociais e Biotecnológicas. Manaus, mimeografado, s/d.

RIGGS, Ralph M. *O guia do pastor*. 2. ed. São Paulo: Vida, 1976.

ROMANO, Roberto. A crise dos paradigmas e a emergência da reflexão ética hoje. *Educação e Sociedade*, Vol./No. 65, p. 65-100, 1998.

SÁNCHEZ VÁSQUEZ, Adolfo. *Ética*. 17. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1997.

SANTOS, Norma Lúcia Vídero Vieira. A dimensão ética no discurso da cidadania. *Contexto e Educação*, Vol./No. 37, p. 33-43, 1995.

SCHAPER, Valério Guilherme. A ética e o Ensino Religioso: o encontro como base das relações no contexto escolar. *Ensino Religioso: religiosidades e práticas educativas*, São Leopoldo, p. 291-304.

_____. *Ética, justificação, santificação: uma aproximação a partir da virtude?* Identidade Evangélico-Luterana e Ética, São Leopoldo, p. 129-137.

SCHNEIDER-HARPPRECHT, Christoph. Construções da realidade na teologia prática. *Estudos Teológicos*, São Leopoldo, v. 50, n. 2, p. 219-233, jul. 2010.

SCORALICK, Klinger; HUEHME, Leda Miranda. *Ética*. *Rhema*, Rio de Janeiro: 1997. Vol./No. 4/13, p. 129-130, 1998.

SENRA, Flávio. O desafio da crise ética. Horizonte. *Revista do Núcleo de Estudos em Teologia*, Belo Horizonte, v. 4, n. 8, p. 7-10, jun. 2006.

SOUSA, Jaefson Rodrigues de. Da escola para a ética mundial: articulações do Ensino Religioso. *Diálogo: Revista de Ensino Religioso*, São Paulo, SP, v. 14, n. 55, p. 32-35, ago. 2009.

SOUZA, José Neivaldo de; VIDA. Da ética humanitária a uma ética planetária. *Protestantismo em Revista*, São Leopoldo, v. 26, 2011, p. 96-102.

SOUZA, Nazarete Vantil de. A ética e o positivo de Augusto Comte. *Simpósio*, Vol./No. 38, p. 177-180, 1995.

VAZ, Henrique Cláudio de Lima. Ética e comunidade. *Síntese*, Vol./No. 18/52, p. 5-12, 1991.

VIDAL, Marciano. A ética como "sinal de esperança": a bondade do coração da gente simples. *Concilium*, Vol./No. 283, p. 128-134, 1999.

VINCENT, Merville O. Ética. HENRY, Carl F. H. *Dicionário de ética cristã*. São Paulo: Cultura Cristã, 2007. p. 274-276.

WARTH, Martim C. *Código de ética do Pastor*. Igreja Luterana, Vol./No. 50/1, p. 14-21, 1991.

ZILLES, Urbano. Projeto de uma ética mundial. *Teocomunicação: Revista Trimestral de Teologia*, Porto Alegre, v.37, n. 156, p. 223-229, jun. 2007.